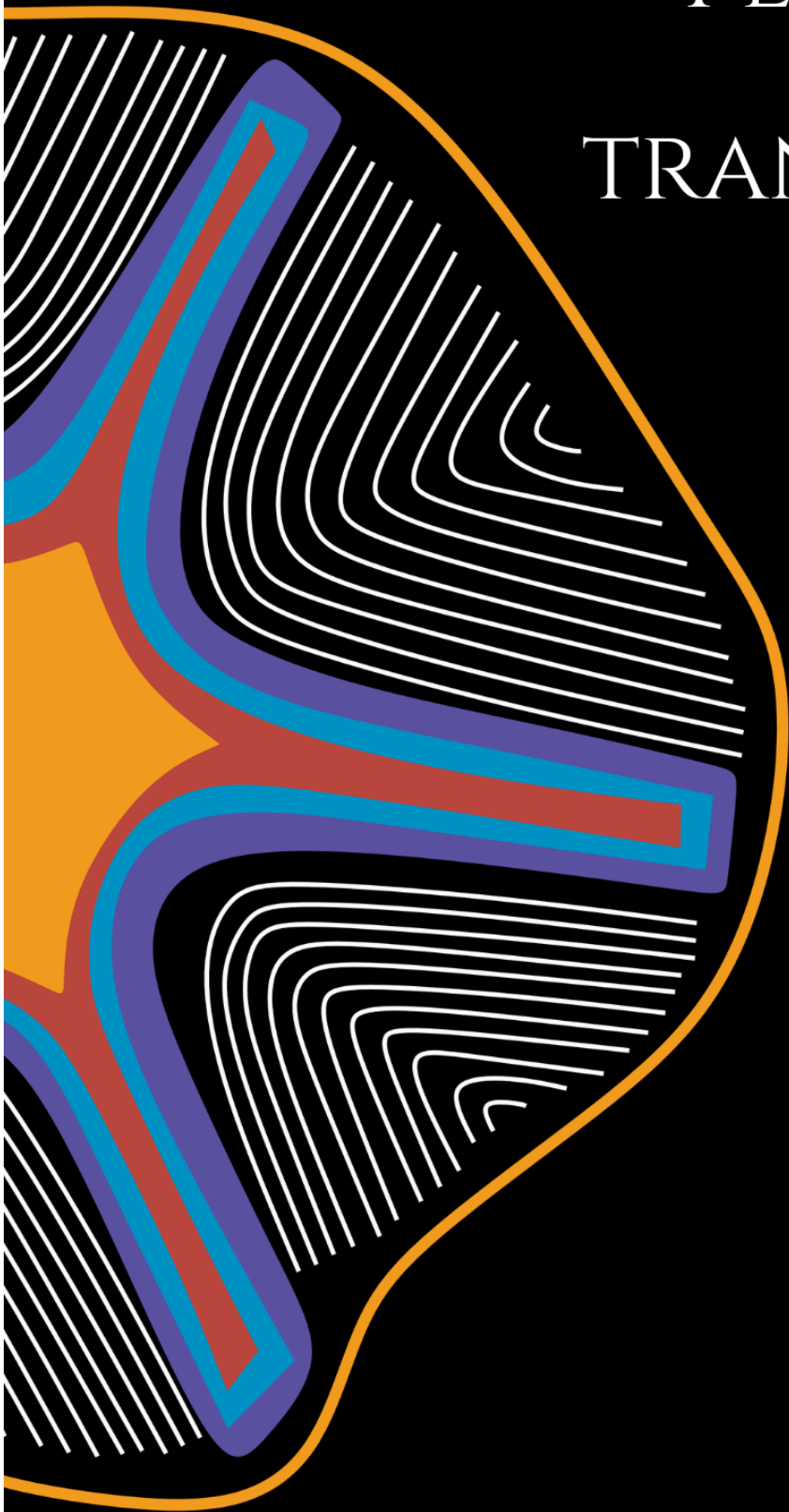


ST02

PERCEPÇÕES DA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO



Coordenadoras:
Kelly Alves Andrade
Maria Cecília Ferreira

XIII

EPHIX

UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Figuras marginais na Paris de Haussmann: a poética de Baudelaire nos *Tableaux Parisiens* e a leitura benjaminiana da metrópole moderna

Kelly Alves Andrade

Doutoranda em História Social

Universidade de São Paulo (USP)

FAPESP - Processo nº 25/12232-0

kelly.alves.andrade@usp.br

Resumo: O estudo tem como objeto as figuras marginais reveladas em instantes literários na seção *Tableaux Parisiens*, publicada na segunda edição de *Les Fleurs du Mal* (1861), do poeta francês Charles Baudelaire. A análise demonstra de que modo alguns desses poemas contribuíram para as reflexões de Walter Benjamin sobre a metrópole moderna, incorporadas à sua crítica da modernidade. Metodologicamente, evidencia-se o caráter fragmentário dos estudos benjaminianos por meio da técnica da montagem literária, desenvolvida no *Projeto das Passagens* (*Das Passagen-Werk*). Como resultado, discutimos sobre as potencialidades da literatura urbana, na perspectiva benjaminiana, para a reflexão crítica das vivências marginalizadas durante a haussmannização da capital parisiense.

Palavras-chave: *Tableaux Parisiens*; Walter Benjamin; Metrópole Moderna.

O embelezamento estratégico e a poética dos *Tableaux Parisiens*

A Paris da segunda metade do século XIX passou por um intenso processo de modernização conduzido pelo prefeito, o barão Georges-Eugène Haussmann. Entre 1852 e 1870, cerca de 20 mil casas foram demolidas para abertura de avenidas e novas construções idealizadas pelo *artista demolidor*, como o barão se autointitulava (BENJAMIN, 2009, p. 64). Momento em que a segregação urbana revelava a dupla realidade que emergia da lógica do progresso, este que inaugurava as passagens parisienses, estruturas cobertas de vidro e ferro, pensadas para exibir as últimas novidades do mercado. Assim como os *intérieurs*, os *boulevards* e os bairros padronizados em uma série de construções da mesma proporção, inspirados na arquitetura neoclássica. Transformações movimentadas pela massa trabalhadora, sobreviventes nos bairros afastados da Paris idealizada para o sonho burguês (MENEZES, 2013).

Para além da estética, o embelezamento era estratégico, pois também controlava o espaço para conter possíveis insurreições populares. As largas avenidas permitiam maior agilidade às tropas e limpavam o caminho de bairros inteiros demolidos, que foram no passado local das barricadas (LÖWY, 2021, p. 96). As multidões cresciam na mesma proporção que a separação dos ambientes públicos e privados, assim como as moradias insalubres que abrigavam os expulsos de suas casas para as regiões periféricas (BENJAMIN, 2009, p. 872). A perda das formas habituais do território urbano e o aumento da miséria, em contraste com o elegante traçado que emergia do capital financiado pelo imperialismo napoleônico, provocavam nos parisienses estranhamento em relação ao próprio território. A capital emergia como metrópole pelo controle que apagava o passado medieval e anunciava o futuro moderno (BENJAMIN, 2009).

Desde a segunda metade do século XVIII, o nascimento da metrópole francesa era representado, principalmente, pelo gênero do *tableau* urbano, de grande projeção pelo *Tableaux de Paris* (1781-1788) de Louis-Sébastien Mercier, continuado pela obra homônima de Edmond Texier, publicada em 1852 (LOURENÇO, 2022, p. 114). Um tipo de *literatura panorâmica*, que romantizava as transformações parisienses, como os panoramas pintados que exibiam imagens da vida burguesa como um espetáculo moderno, mas não registrava o cotidiano dos artífices braçais da grande cidade (BENJAMIN, 2009).

Durante o Segundo Império Napoleônico (1852-1870), a população desenraizada crescia em Paris e foi alvo do discurso de ódio proferido por Haussmann em 1864 para justificar suas medidas higienistas (BENJAMIN, 2009, p. 49). Mesmo momento em que a lírica de Charles Baudelaire captava a desfragmentação urbana e cultural dos cidadãos. Os deserdados surgiam como os heróis modernos que habitavam o cotidiano literário do artista, que também considerava-se sem valor nessa nascente sociedade capitalista (MURICY, 1998).

Seja como crítica ou inspiração, a segunda edição de *Les Fleurs du Mal* (1961), que consagrou Baudelaire como o poeta da estética antiburguesa, trazia em suas páginas a seção dos *Tableaux Parisiens*. Composta por dez poemas novos e a inserção de títulos da edição anterior, dessa vez, com um novo enquadramento semântico (OEHLER, 1997; LOURENÇO, 2022). Memórias melancólicas eram evocadas sobre o passado desfeito pelo recente traçado urbano, como imagens de choque ao otimismo da modernidade. O poeta retratava as desigualdades sociais da massa anônima para denunciar a caducidade e a fragilidade da metrópole que emergia em contraste ao sonho parisiense (BOLLE, 1994).

A inserção dos *Tableaux Parisiens* na edição de 1861 de *Les Fleurs du Mal* reconfigura a relação entre Baudelaire e a capital francesa. Na primeira edição, publicada em 21 de junho de 1857 pela editora *Poulet-Malassis et de Broise*, os poemas exprimiam críticas aos princípios conservadores e literários vigentes à época, expressos, inclusive, na antítese do título, e levaram o poeta e a editora aos tribunais por atentado à moral pública (LOURENÇO, 2022, p. 80). Seis poemas foram censurados na segunda edição, e a reordenação das seções e o aumento do número de títulos e suas transições renovaram os simbolismos da obra. A segunda edição evoca, em sua essência, a perda da identidade com a urbe, dos indivíduos deslocados no tempo pela haussmannização. Temas que continuam em *O Spleen de Paris*, obra publicada em 1869, dois anos após a morte do poeta (LOURENÇO, 2022, p. 114).

Nos dezoito poemas que compõem os *Quadros Parisienses* baudelairianos, as ruas de Paris são habitadas pelos marginais da sociedade: idosos, mendigos, bêbados, cegos, aldeões, prostitutas, ladrões, enfermos, pobres, loucos e operários, que ganham contornos poéticos pelo olhar do *flâneur*,^[1] que deambula pela nascente metrópole e descreve cenas cotidianas que revelam a profunda discrepância entre o progresso parisiense e a qualidade da vida social (HASTINGS, 2023).

A recepção baudelairiana por Walter Benjamin nos estudos da metrópole moderna

Temas que despertaram o interesse do judeu-alemão Walter Benjamin (1892-1940), historiador, filósofo, sociólogo, crítico literário e tradutor dos escritores modernos como Baudelaire, Proust, Balzac, Kafka, entre outros (LAVELLE, 2018, p. 20). O autor berlinense considerava o ato de percorrer uma metrópole como a expressão histórica da experiência moderna. Em especial, a capital francesa, historicamente local de conflitos e revoluções, do nascimento das multidões, do *flâneur*, e inspiração para suas reflexões sobre as fantasmagorias e a construção de identidades individuais e coletivas. Paris, representava para Benjamin, um objeto histórico-filosófico e um *médium de reflexão* para o estudo da metrópole moderna (BOLLE, 1999).

¹ Para Walter Benjamin, o *flâneur* é uma figura característica da Paris oitocentista e um dos símbolos da experiência moderna. É um arquétipo central na poesia de Baudelaire, como o seu alter ego literário. Um elegante e atento observador das multidões e dos espaços urbanos, principalmente das vitrines nas passagens parisienses. Sua posição é ambígua, ao encontrar-se simultaneamente imerso e distante da circulação das mercadorias. O que, na perspectiva benjaminiana, representa um observador privilegiado das fantasmagorias produzidas pelo capitalismo e das transformações da experiência citadina na metrópole moderna (BOLLE, 1994, p. 366-372).

O que lhe permitiu capturar os sentidos ocultos da estrutura social do século XIX e revelar as contradições da modernidade capitalista do século XX, por um olhar metodológico que unia filosofia da história, crítica literária e os tipos urbanos (SCHLESENER, 2011, p. 60).

Os *Tableaux Parisiens* foram essenciais na introdução de Walter Benjamin ao tema da literatura urbana, pois identificava-se com as críticas de Charles Baudelaire. Em oposição às fisiologias idealizadoras e aos panoramas romantizados da moderna capital francesa no século XIX, também preferia estudar os tipos urbanos ligados ao cotidiano das massas (BOLLE, 1999). Ao longo de uma década, ele traduziu a seção dos *Quadros Parisienses* para o alemão, com a primeira publicação no ano de 1923, acompanhada pelo prefácio *A tarefa do tradutor*, no qual reflete sobre como a tradução de obras estrangeiras pode ampliar e transformar uma língua (BARBOSA, 2023, p. 8-9).

No *Projeto das Passagens (Das Passagen-Werk)*, iniciado entre os anos de 1927 a 1929 e retomado em 1940, Benjamin reuniu milhares de fragmentos, notas e citações, que ganharam sentido pelo método da montagem literária, como um tipo de “painel móvel do século XIX, que se concentra aos *farrapos*, os *resíduos* da história. Aquilo que aparentemente não tem importância, mas ganha materialidade pelo caráter alegorista-colecionador do método benjaminiano” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 146, grifo nosso). Trabalho de pesquisa tão extenso que não foi concluído em vida. Esse projeto inacabado registra o interesse do autor pela lírica baudelaيرية, pois dela pôde extrair em fragmentos a perda da experiência na modernidade pelas imagens de Paris em metropolização revelada nos versos do poeta (CANTINHO, 2022, p. 90).

Os *Tableaux Parisiens* são citados em fragmentos por diversos momentos nas *Passagens*, como na seção J – *Baudelaire*, e nas duas exposés (1935 e 1939) de *Paris: a capital do século XIX*. Nesta última, alguns poemas do poeta francês são citados por Walter Benjamin, como engenho alegórico que expõe o processo de alienação pelo olhar do *flâneur*, observador atento das multidões na cidade transformada em fantasmagoria, que encobre a miséria dos habitantes na metrópole, seduzidos pelas miragens mercadológicas. O arquivo temático J – *Baudelaire* é considerado o mais volumoso da seção *Notas e materiais* das *Passagens*, com cerca de duzentas páginas e mais de mil fragmentos incorporados à escrita da obra também inacabada *Charles Baudelaire, um poeta lírico no auge do capitalismo*. Resultado da pesquisa minuciosa de Benjamin à recepção dos escritos de Baudelaire (BOLLE, 2009, p. 263). Na teoria benjaminiana de crítica à modernidade, a temática do sonho perpassa o vasto *Projeto das Passagens (Das Passagen-Werk)*. A

Paris oitocentista é descrita como a grande cidade dos sonhos da modernidade, onde as promessas do progresso capitalista produzem um mundo ilusório que molda os comportamentos da sociedade (FREITAS, 2021). O estado de sonho condensava a experiência histórica coletiva ao articular as reminiscências do passado às imagens desejadas do futuro. O sonho, desse modo, seria o fundamento utópico da sociedade capitalista, na qual cada época sonha com a seguinte e projeta nela a realização de suas aspirações. Sob essa lógica, o futuro converte-se em promessa permanente, impulsionando desejos e expectativas que sustentam o imaginário do progresso e orientam a experiência temporal da modernidade (SCHLESENER, 2011, p. 148).

As fantasmagorias na Paris do sonho moderno

Desse sonho coletivo irrompem as *fantasmagorias*, ou seja, as reproduções inconscientes da memória individual no interior desse estado onírico coletivo. Contudo, os indivíduos são continuamente afetados pela experiência do choque (*Chockerlebnis*) que caracteriza a atomização da rememoração na modernidade, promovendo uma alienação coletiva que mantém a sociedade imersa em estado de sonho. Condição que dificulta a reflexão individual e contribui para o empobrecimento da experiência (*Erfahrung*), tornando os sujeitos incapazes de apreender o passado em sua dimensão histórica. Como consequência, aquilo que não é elaborado ressurgue como o *eterno retorno*, o pesadelo infernal do sonho moderno, refletido na vivência (*Erlebnis*) empobrecida de vínculos com o passado (LEITE, 2018, p. 181).

Essa dimensão se faz presente nos *Tableaux Parisiens*, pois as transformações na capital francesa são retratadas em um imaginário onírico e fantasmagórico. Citadas por Benjamin em diferentes fragmentos na seção J – *Baudelaire*. Um exemplo é o primeiro poema da seção, *Paisagem* (*Paysage*), que descreve a transfiguração do subúrbio tomado pelas chaminés das fábricas, que, na visão do autor berlinense, retratava o cotidiano dos proletários urbanos no território desfigurado em Paris:

Quero, para compor os meus castos monólogos/Deitar-me ao pé do céu, assim
como os astrólogos/ E, junto aos campanários, escutar sonhando/ Solenes
cânticos que o vento vai levando/ As mãos sob meu queixo, só, na
água-furtada/ Verei a fábrica em azáfama engolfada/ Torres e chaminés, os
mastos da cidade/ E os vastos céus a recordar eternidade (BAUDELAIRE,
2012, p. 433, grifo nosso).

Baudelaire olhava a paisagem parisiense em transformação no século XIX e encontrava nelas uma nova forma de beleza. Ruas superpovoadas, a figura do *flâneur* e as misérias do cotidiano tornaram-se temas recorrentes em sua poesia. A sociedade burguesa, com seus valores centrados no progresso material e na moralidade, tendia a rejeitar ou ignorar o lado mais sombrio e marginal da existência. A beleza, para essa classe, era algo a ser encontrado em temas clássicos e romantizados, não na realidade complexa e desigual da modernização (OEHLER, 1997, p. 72).

No quinto poema dos *Tableaux Parisiens*, intitulado *Os Sete Velhos* (*Les Sept Vieillards*), dedicado a Victor Hugo, escritor francês que também mantinha interesse pelo fenômeno do nascimento das multidões, narra o momento do *flâneur* ao caminhar pela cidade e esbarrar com sete velhos mendigos que se fundem na mesma figura. Na medida em que o abordam, uma visão infernal se repete, causando confusão e pavor na cidade imersa em sonho:

Cidade a fervilhar, cheia de sonhos, onde o espectro, em pleno dia, agarra-se ao passante! Flui o mistério em cada esquina, cada fronde/ Cada estreito canal do colosso possante.

Certa manhã, quando na rua triste e alheia/ As casas, a esgueirar-se no úmido vapor/ Simulavam dois cais de um rio em plena cheia/ E em que, cenário semelhante à alma do ator.

Uma névoa encardida enchia todo o espaço/ Eu ia, qual herói de nervos retesados/ A discutir com meu espírito ermo e lasso/ Por vielas onde ecoavam carroções pesados/ Súbito, um velho, cujos trapos pareciam reproduzir a cor do tempestuoso céu/ E a cujo pobre aspecto esmolos choveriam/ Não fosse o mal que lhe brilhava no olho incrêdo.

Ele ia, em meio à lama e à neve quase imerso/ Como quem mortos calca ao peso das sapatas/ De todo indiferente e hostil ao universo/ Outro o seguia: barba, dorso, olhos, molambos/ Enfim, tudo era igual, do mesmo inferno oriundo/ Neste gêmeo senil, e caminhavam ambos/ Com mesmo passo não se sabe a que outro mundo.

A vítima eu seria de um conluio astuto? Ou que perverso acaso ali me atormentava? Sete vezes contei, minuto após minuto/ Este sinistro ancião que se multiplicava!

Furioso como um ébrio que vê dois em tudo/ Entrei, fechei a porta, trêmulo e perplexo/ Transido e enfermo, o espírito confuso e mudo/ Fendido por mistérios e visões sem nexos! (BAUDELAIRE, 2012, p. 455, grifo nosso).

No título *D. de Baudelaire ou as ruas de Paris* da exposição de 1939, Benjamin interpreta este poema como a visão fantasmagórica do *eterno retorno* na modernidade, representado alegoricamente pela multiplicação da figura do mendigo como o *sempre igual* (BENJAMIN, 2009, p. 61). Trata-se da apreensão da imagem literária da contemplação melancólica do eterno retorno,

se considerarmos sua leitura como crítica alegórica do progresso,² pois, na teoria benjaminiana, o tempo do progresso anuncia as novidades no presente “mas este não passa do eterno retorno do velho, pois o progresso é a repetição infernal do sempre igual” (RIGATTO, 2011, p. 112).

O século não soube responder as novas virtualidades técnicas com uma nova ordem social. É por isso que a última palavra coube as mediações enganosas do antigo e do novo, que estão no coração de suas fantasmagorias. O mundo dominado por essas fantasmagorias e — para usarmos a expressão de Baudelaire — a modernidade. A visão de Blanqui faz entrar na modernidade — da qual os sete velhos aparecem como arautos — o universo inteiro. Finalmente, a novidade lhe aparece como o atributo do que é próprio ao domínio da danação (BENJAMIN, 2009, p. 67).

Em *O Cisne (Le Cygne)*, quarto da seção dos *Tableaux Parisiens*, e também dedicado a Victor Hugo, Walter Benjamin o compara “ao movimento de um berço que balança entre a modernidade e a antiguidade” (BENJAMIN, 2009, p. 202). O poema retrata um processo de rememoração marcado pelo sentimento de perda vivenciado pelo transeunte ao atravessar a praça da nova capital. Oprimido pelas imagens melancólicas de um tempo anterior, em contraste com o ritmo acelerado das novidades modernas (GAGNEBIN, 2009), o poeta expõe, por meio da melancolia ou *spleen*, a realidade transitória do presente em meio às ruínas daquilo que um dia foi novidade:

Paris muda! Mas nada na minha melancolia mudou! Novos palácios, andaimes,
lajedos/ Velhos subúrbios, tudo em mim é alegoria/ E essas lembranças pesam
mais do que rochedos (BAUDELAIRE, 2009, p. 449, grifo nosso).

Na lírica de Baudelaire, o *spleen* é a experiência moderna da melancolia barroca do século XVII,³ do poeta assombrado pelo eterno retorno da contemplação solitária da haussmannização durante o Segundo Império, onde antigo e moderno estão ligados à ruína. O que Benjamin interpretou como sintoma alegórico da subjetividade melancólica dos desenraizados que sobrevivem na Paris do século XIX (MURICY, 1998, p. 207). Essas transformações constituem

² Para Walter Benjamin, a ideia moderna de progresso é uma fantasmagoria que encobre o caráter destrutivo do sistema capitalista. Em oposição à concepção linear da história, interpreta a modernidade como ruínas de descontinuidades. Dessa concepção, a alegoria assume papel central em seu método crítico. Em oposição ao símbolo, que pressupõe unidade e totalidade, a alegoria evidencia a transitoriedade e a decadência dos fenômenos históricos. E reflete a modernidade para apresentá-la como ruína alegórica do que o sempre novo anuncia. O que revela a dimensão melancólica da vida moderna, ocultada pelas promessas do progresso cumulativo da barbárie (MURICY, 1998, p. 206).

³ O estudo da literatura barroca do século XVII constitui um exemplo do procedimento teórico de Walter Benjamin. Em *A Origem do Drama Barroco Alemão (Ursprung des Deutschen Trauerspiels)*, de 1928, o autor berlinense elaborou categorias como alegoria, melancolia e a percepção da história sob o signo da ruína. Conceitos originalmente vinculados à análise do Barroco, que foram atualizados e ressignificados para a reflexão crítica das tensões históricas e sociais dos séculos XIX e XX (SELIGMANN-SILVA, 1999, p. 183).

uma questão central da crítica benjaminiana da modernidade. Pois, na medida em que a destruição de bairros e ruas medievais cedeu espaço às grandes avenidas, passagens e *boulevards*, as construções remanescentes do passado persistiam entre as contemporâneas, revelando a dimensão destrutiva e corrosiva do tempo. Do novo que nasce da própria ruína, tema que ressoa nos versos melancólicos de *Le Cygne* (GAGNEBIN, 2009, p. 51).

A vivência é frequentemente retratada nos poemas dos *Quadros Parisienses*, como em *Brumas e Chuvas* (*Brumes et Pluies*), no qual a cidade se torna estranha ao *flâneur*, e em *A uma Passante* (*À une Passante*), que retrata como a metrópole produz estranhos na multidão (BENJAMIN, 2009, p. 402). Fragmentos da lírica de Baudelaire que também influenciaram a reflexão teórica sobre o declínio da experiência (*Erfahrung*). Submetida, na modernidade, a uma repetição paralisante do passado. Para o autor berlinense, o presente deveria romper com a recorrência desse passado. E somente a partir da construção de uma nova experiência, seria possível implodir imagens históricas naturalizadas para revelar seus significados ocultos. Dessa perspectiva, seu projeto histórico-filosófico busca redefinir o conceito de experiência (*Erfahrung*) pelo uso da linguagem e da escrita, essenciais para a formulação de sua crítica da modernidade (MURICY, 1998, p. 184).

Para Walter Benjamin (2009, p. 426), o poeta francês identificava-se com os marginalizados, como as prostitutas e os ladrões do poema *O Crepúsculo Matinal* (*Le Crépuscule du Matin*), título que encerra a seção dos *Tableaux Parisiens*. Em sua recepção, era como se o leitor caminhasse pelas passagens que exibem belas vitrines. Porém, em vez de mercadorias, esses “versos-vitrines” expõem a realidade cruel da metrópole, apresentada em blocos que não rimam:

Por onde passa, ela trilha um caminho oculto/Como o inimigo tentando um ataque/Ela se agita na cidade imunda/Como um verme roubando do homem o que ele come/Aqui e ali, ouvem-se cozinhas chiando/Teatros gritando, orquestras roncando/ As mesas de jantar, onde o jogo é uma delícia/ Enchem-se de prostitutas e vigaristas, seus cúmplices/E os ladrões, que não têm trégua nem misericórdia/Logo começarão seu trabalho também/ E gentilmente forçarão portas e baús/ Para viver alguns dias e vestir suas patroas (BAUDELAIRE, 2012, p. 483, grifo nosso).

O verso que compara a cidade a um verme que rouba a comida do homem, enquanto a vida acontece nas cozinhas, teatros e orquestras, revela a sujeira oculta sob a superfície civilizada da metrópole. As mesas de jantar, símbolos da vida burguesa, confundem-se com os espaços frequentados por ladrões e prostitutas, expondo uma realidade dúbia. Essa imagem literária traz a face obscura da sociedade moderna e também pode ser interpretada como uma denúncia da prostituição simbólica produzida pela lógica capitalista, que transforma tudo em mercadoria,

inclusive a arte. Nesse sentido, também o poeta e o escritor são levados a prostituir sua produção intelectual, vendendo-a para se adequar às exigências do mercado (MENEZES, 2009, p. 6).

O despertar do sonho pela contemplação melancólica

De forma melancólica, o poeta francês registra a transformação da experiência na Paris de Haussmann por uma sensibilidade que se opõe à ordem dominante e às promessas da modernidade. Essa dimensão adquire novos contornos na filosofia da história de Walter Benjamin, que, ao mobilizar a melancolia e a escrita alegórica como categorias críticas, evidencia a consciência da opressão histórica e a possibilidade do despertar desse estado de sonho, para a luta contra as ideologias do progresso (KONDER, 1999, 135).

Assim como na lírica baudelaireana, Benjamin reconhecia as ruínas da experiência humana produzidas pela modernidade. Contudo, enquanto a melancolia revela a dimensão fragmentária e decadente da história, também abre caminho para sua redenção por meio da escrita alegórica. Tal processo exige uma contemplação melancólica da realidade, semelhante à realizada pelo poeta francês, mas não se esgota nela. Na teoria benjaminiana, a melancolia adquire um sentido crítico e político, pois não permanece paralisada diante das ruínas da história, e orienta-se pela esperança da redenção messiânica pela imagem dialética (LÖWY, 2005, p. 87-95). Desse modo, a alegoria torna-se capaz de revelar os vestígios da opressão e resgatar, no presente, as possibilidades históricas interrompidas na lógica do *continuum* temporal do progresso (CANTINHO, 2002, p. 17).

Na teoria crítica à modernidade de Walter Benjamin, o progresso e sua marcha contínua estão ligados a uma concepção otimista da história que produz uma ideologia falseadora da realidade. Tal perspectiva exalta o triunfo dos vencedores em detrimento das rupturas, regressões e fracassos que marcam o curso histórico (CANTINHO, 2022, p. 67). Compreensão em consonância com a sensibilidade do autor berlinense como crítico da literatura, da arte e da cultura, para quem a análise de uma obra literária poderia estabelecer contatos com uma história escrita sob a perspectiva dos dominados. Em oposição às narrativas do progresso que, ao celebrarem os avanços da civilização, ocultam as formas de barbárie produzidas pela

modernidade capitalista (BENJAMIN, 1985, p. 110). Nesse sentido, o estudo da obra de um autor, como a lírica de Charles Baudelaire, permite recuperar as tensões históricas de uma época. O que ocorre no estudo dos *Tableaux Parisiens*, cujos poemas registram as transformações da Paris moderna, e revelam o declínio da experiência autêntica e a marginalização dos sujeitos socialmente desfavorecidos (BOLLE, 1999, p. 47).

Ao analisar a estrutura social do século XIX pelo entrelaçamento entre poesia e filosofia da história, Benjamin elaborou uma importante contribuição metodológica para uma história crítica, fundada na descontinuidade do tempo histórico e na rememoração da tradição dos oprimidos. Em oposição às narrativas lineares do progresso, denuncia a continuidade da dominação burguesa inscrita na historiografia oficial. O autor berlinense propõe uma nova forma de reconstituir o passado, baseada na recuperação de possibilidades históricas que permaneceram inconclusas ou foram silenciadas pela prevalência de versões favoráveis aos grupos dominantes (SCHLESENER, 2011, p. 195).

Trata-se do imperativo benjaminiano de *escovar a história a contrapelo*, isto é, redimir o passado das versões consagradas pelos vencedores por meio da atualização crítica de fragmentos históricos esquecidos (LÖWY, 2005, p. 74). E as obras literárias desempenham papel central nesse processo, ao preservarem experiências, conflitos e memórias negligenciadas pela história oficial, permitindo que tais conteúdos sejam recolhidos e reativados no presente pela imagem dialética (CASTRO, 2014).

O método da montagem literária, desenvolvido por Walter Benjamin no *Projeto das Passagens* (*Das Passagen-Werk*), reúne fragmentos aparentemente insignificantes da vida cotidiana e registra as contradições históricas ocultas sob narrativas oficiais. Para o uso deste método fragmentário, o historiador materialista deve ser similar ao trapeiro oitocentista que recolhe os resíduos descartados pela sociedade de consumo. A tarefa do historiador, então, seria reunir as memórias desprezadas pela história dos vencedores para tornar visíveis as dimensões esquecidas do passado (SELIGMANN-SILVA, 2018). Benjamin identifica esse procedimento na obra de Baudelaire, ao afirmar que “os poetas encontram o lixo da sociedade, nas ruas e no próprio lixo o seu assunto heroico [...] trespassam-no os traços do trapeiro que ocupou a Baudelaire tão assiduamente” (BENJAMIN, 1985, p. 78, grifo nosso).

Charles Baudelaire, poeta-trapeiro, de olhar atento e sensibilidade para as nuances da modernidade, escreveu os *Tableaux Parisiens* como uma seção poética de registro da marginalidade

social na Paris do Segundo Império Napoleônico. Em contraste à reprodução das imagens idealizadas da capital difundidas pelos discursos do progresso, sua obra voltou-se para aquilo que permanecia fora da modernidade burguesa. Seus poemas preservam a memória cotidiana que também revelam uma outra face da modernização haussmanniana. É precisamente essa atenção aos fragmentos esquecidos da experiência moderna que consagrou Baudelaire, na leitura benjaminiana, como o grande poeta crítico da metrópole francesa.

Referências bibliográficas:

- BARBOSA, Maria A. **Walter Benjamin. Literatura**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2023.
- BAUDELAIRE, Charles. Quadros Parisienses. In: **As flores do mal**. Edição Bilingue. Tradução e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. In: **Obras escolhidas**. V. III. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. Paris: a capital do século XIX <Exposé de 1935>. In: **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- BENJAMIN, Walter. Paris: a capital do século XIX <Exposé de 1939>. In: **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- BOLLE, Willi. A metrópole como médium-de-reflexão. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **Leituras de Walter Benjamin**. São Paulo: Annablume, 1999.
- BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 1994.
- BOLLE, Willi. Nota Introdutória J – Baudelaire. In: **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- CANTINHO, Maria João. **O anjo melancólico**. Coimbra: Angelus Novus, 2002.
- CANTINHO, Maria João. **Walter Benjamin: messianismo e revolução**. São Paulo: Circuito, 2022.
- CASTRO, Érica Gonçalves de. **A aprendizagem da crítica: literatura e história em Walter Benjamin e Antônio Candido**. São Paulo: Fapesp, 2014.

FREITAS, Jorge. As imagens de sonho da Paris do século XIX e a necessidade do despertar, segundo Walter Benjamin no projeto das *Passagens*. **Kalágatos**, v. 11, n. 21, p. 373–399, 2021.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HASTINGS, Michel. **Flâneur du sensible**. Paris: L'Harmattan, 2023.

KONDER, Leandro. **Walter Benjamin: O marxismo da melancolia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LAVELLE, Patrícia. **Walter Benjamin: A arte de contar histórias**. São Paulo: Hedra, 2018.

LEITE, Augusto Bruno de Carvalho. **História e tradução em Walter Benjamin**. Porto Alegre: Fi, 2018.

LOURENÇO, Jorge. **O essencial sobre Charles Baudelaire**. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 2022.

LÖWY, Michael. **A revolução é o freio de emergência: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses 'Sobre o conceito de História', São Paulo: Boitempo, 2005.

MENEZES, Marcos Antonio. Baudelaire e os sujeitos da modernidade. **Albuquerque**, v.5, n.10, jul./dez., 2013.

MENEZES, Marcos Antonio. Baudelaire: um poeta a auscultar a cidade. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009.

MURICY, Katia. **Alegorias da dialética: imagem e pensamento em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

OEHLER, Dolf. **Quadros Parisienses: estética anti-burguesa em Baudelaire, Daumier e Heine**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIGATTO, Benedito. **A figura alada de Dürer e o anjo de Klee: sentidos de melancolia em Walter Benjamin**. Dissertação de Mestrado em Filosofia – Centro de Humanidades UEC. Universidade Estadual do Ceará, 2011.

SCHLESENER, Anita Helena. **Os tempos da história: leituras de Walter Benjamin**. Brasília: Liber, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Walter Benjamin: para uma nova ética da memória. In: BENTIVOGLIO, Julio; LEITE, Augusto B. Carvalho Dias. **Walter Benjamin: testemunho e melancolia**. Vitória: Milfontes, 2018.

Espaço urbano e sua relação com a prostituição em Belo Horizonte: Uma análise de caso da Rua Guaicurus

Bárbara Souza Machado

Graduanda em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

babisouzamachado@gmail.com

Kamilly Gabrielle Moraes Bastos

Graduanda em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

kamillymoraes03@gmail.com

Resumo: O trabalho apresentado parte de uma pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEMIG) e busca interpretar as transformações espaciais e urbanas com o foco no surgimento da boemia e prostituição na Rua Guaicurus e as respostas do poder público em confronto com os padrões normatizadores propositivos para a Nova Capital. Orientada por medidas higienistas norteadoras da República, Belo Horizonte se afirmava como uma capital moderna planejada de inspiração positivista. Nas consequências da ocupação e uso das cidades, a boemia que não teria lugar demarcado no projeto da nova capital, se afirmou e consolidou um território na área central da cidade. Assim, serão analisados os processos policiais armazenados no Arquivo Público Mineiro, que registraram atitudes consideradas imorais para os valores republicanos. A documentação será analisada para a percepção da cidade em movimento, ou seja, de como a prostituição da rua molda a cidade e por ela é moldada. A partir desses processos e da pesquisa de registros audiovisuais como notícias, reportagens e representações, como a minissérie "Hilda Furacao", a pesquisa aponta a relação do espaço urbano e a prostituição.

Palavras-chave: Prostituição; Belo Horizonte; Urbanização; Moral republicana

A transferência da capital mineira

A criação da nova capital de Minas Gerais se insere na transição da monarquia para a república e envolve os processos de formação de uma identidade nacional, que buscava abandonar o passado colonial e se inserir em um novo contexto político de progresso e modernidade, e as disputas de poder que estão colocadas naquele contexto. Vale destacar a importância do Estado como sustentação dos dois sistemas políticos: monarquia e república. As

elites mineiras eram partícipes com cargo, representação e poder durante a monarquia e se mantiveram durante a república com velhos e novos arranjos políticos.

A nova capital, amparada na interpretação de Abílio Barreto (1936) pode ser descrita como "O resultado do interesse do Poder Executivo Estadual na administração e conciliação dos inúmeros conflitos existentes no Estado." Segundo o autor na sua obra *Memória Descritiva de Bello Horizonte* (1936; 1995) a escolha do local de Belo Horizonte foi alvo de interesses divergentes e regionais e, ao final, representou uma estratégia dos deputados 'não mudancistas', parte importante do grupo de Afonso Pena no Congresso Mineiro (O congresso Mineiro contava com visões diferentes da capital: os defensores da mudança eram os republicanos históricos, grupo dos cafeicultores e os chamados dissidentes, grupo sob a liderança de Bias Fortes e João Pinheiro. Os contrários inicialmente eram os chamados adesistas ou calvinistas, por conta da liderança do deputado Cesário Alvim e apoiados por Afonso Pena). Logo, a aposta desses deputados era de que se fosse escolhido o território do Curral Del Rey, a construção não teria como avançar no tempo previsto e não haveria transferência. No entanto, com o empenho do presidente Afonso Pena e o bom desempenho econômico da produção cafeeira (que serviu como consolo às elites das regiões que perderam a disputa), a construção da capital no antigo arraial de Curral del Rey foi viabilizada. Dessa forma, a criação da cidade se fez através de intervenção estatal para consolidar uma capital "idealizada", que seguiria padrões e valores fundamentais na nova República. Após a decisão da construção da nova capital, novas tensões surgiram perante os possíveis impactos da transformação. A transferência da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte, no final do século XIX, representou muito mais do que uma simples mudança administrativa: foi um gesto simbólico de ruptura com o passado colonial e monárquico, em nome da promessa republicana de progresso e modernidade. Como lembra Letícia Julião (2011, p. 116), esse movimento "alimentava-se da percepção de que se vivia o marco zero de um novo tempo, no qual eram depositadas as expectativas de desenvolvimento e modernização do país". Nesse processo, Belo Horizonte foi pensada como cidade racional e higiênica, capaz de concentrar a vida intelectual, econômica e política; enquanto Ouro Preto passou a ser vista como símbolo de atraso e insalubridade, condenada à função de guardiã da memória. (JULIÃO, 2011). Os debates em torno da mudança revelam não apenas visões distintas sobre urbanidade, mas também as tensões de uma sociedade que buscava afirmar sua identidade republicana, oscilando entre saudosismo, temor e entusiasmo diante das novas configurações governamentais, administrativas, sociais e estruturais que se inaugurava.

Entre os argumentos contrários à transferência, a questão da moralidade ganhou destaque, pois muitos temiam que a nova capital, ao concentrar população e atividades econômicas, também atraísse vícios e corrupções típicos das grandes cidades modernas. Xavier da Veiga, por exemplo, advertia que “é nas grandes cidades [...] que se acumula e fermenta a lia das nações”, ambientes que poderiam comprometer tanto a liberdade política quanto a moralidade dos costumes (VEIGA, 1891, p. 199-201 apud JULIÃO, 2011, p. 119). Nesse sentido, o progresso era percebido em sua face ambígua: ao mesmo tempo em que prometia desenvolvimento, trazia consigo o risco da degradação social, evocando medos compartilhados pela burguesia europeia do século XIX diante das multidões urbanas. A expectativa progressista configurava à nova capital a função de formar consigo uma nova configuração urbanística de cidade, adaptada ao desenvolvimento econômico exigido pela República, como também objetivava formar cidadãos condizentes à modernidade, como esclarece Letícia Julião: “Não se tratava, portanto, de conferir à Capital apenas uma nova roupagem urbanística, mas, por meio dela empreender uma missão civilizatória.” (2011, 122).

Dessa forma, os moradores da recém formada capital deveriam ser um povo em conformidade com os valores da República, afastados da antiga imoralidade colonial. Os ditos valores republicanos podem ser percebidos em processos policiais que controlavam e apreendiam tudo aquilo ou aquele que fosse considerado subversivo. Registros da Chefia de Polícia, presentes no Arquivo Público Mineiro, foram levantados na fase exploratória desta pesquisa. Em alguns dos documentos encontrados é possível perceber a importância das fontes, como por exemplo a análise de um pasquim intitulado “O Bordel” foi retido e registrado em processo por ser considerado “pornográfico” e impróprio para a leitura, além da detenção de oito mulheres que “Por vagabundas foram presas”. A redação dos processos indicam seu conteúdo moral e opressivo.

O higienismo na Rua Guaicurus

As fontes levantadas para a pesquisa, encontradas na Chefia de Polícia no Arquivo Público Mineiro, explicitam as medidas tomadas para que os ideais de moralidade e civilidade republicanos fossem implantados na recém-formada capital de Belo Horizonte. Os processos policiais apontam que qualquer atitude que tangenciasse esses valores seria reprimida e condenada. A partir do estudo dos mencionados processos policiais, observa-se, desde a

fundação de Belo Horizonte, a presença de diversas tentativas higienistas de aproximação da cidade a um ideal republicano. É possível constatar, ainda, que tais medidas permanecem até os dias atuais, como forte marca da história da capital mineira.

O trabalho investigativo histórico, responde às demandas do presente na ressignificação do passado. Revisitar a ocupação da cidade, sob as dinâmicas modernas, o ir e vir para a capital e para a “cidade” como no popular se dizia sobre o centro de Belo Horizonte, criou e moldou formas de uso da cidade em atendimento às pessoas que viviam e passavam por aqui. A rua Guaicurus pode ser vista como criação deste lugar de escape ao planejamento rigoroso, mas é fruto dos costumes que insistiam em resistir às mudanças modernas que eram impostas ao novo modelo de cidade que a capital representava. Compreender, no sentido amplo, conformando os atores da transformação (estado, prostitutas, sociedade civil e agentes do aparelho repressivo do Estado), permite interpretar a cidade e entender para além dos conflitos de sua formação, os conflitos entre projeto e realidade, poder e sujeitos.

A Rua Guaicurus, localizada no centro de Belo Horizonte (MG), é um território que historicamente abriga a prostituição, sendo conhecida como uma “zona de tolerância” no contexto urbano belo-horizontino. A pesquisa parte da compreensão de que o espaço urbano é fruto de disputas e negociações constantes, e que a prostituição, embora marginalizada, é parte integrante da dinâmica urbana de Belo Horizonte. A escolha da Guaicurus como local dessa atividade não foi aleatória: sua proximidade com a antiga Estação Ferroviária Central e com importantes zonas comerciais e hoteleiras contribuiu para sua consolidação como ponto estratégico de encontros, circulação de pessoas e trocas econômicas informais.

Com o tempo, essa ocupação produziu impactos significativos na configuração urbana e social da região, desde a estigmatização do território até a omissão do poder público em políticas de infraestrutura e direitos sociais. Ao investigar as origens dessa formação urbana e suas consequências, pretende-se compreender como práticas consideradas à margem da legalidade interferem diretamente no planejamento, na paisagem e na vivência cotidiana da cidade.

Com relação à Rua Guaicurus, o artigo *A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte* (2004), de Luciana Teixeira de Andrade e Alexandre Eustáquio Teixeira, analisa a organização espacial da prostituição na cidade entre 1897 e 2004, dividindo-a em três períodos distintos. Entre 1897 e 1930, a prostituição era considerada um “mal necessário”, regulamentada e concentrada em bordéis e cabarés localizados na zona boêmia da cidade, próxima à atual rodoviária, região

denominada por Pedro Nava como “quadrilátero da zona”. A Rua Guaicurus, que futuramente se tornaria um dos principais símbolos da prostituição na capital mineira, já existia nessa época como uma via importante para o acesso à estação ferroviária da cidade. Sua localização estratégica e de fácil circulação acabou favorecendo, ao longo dos anos, a instalação de diversos estabelecimentos voltados ao público masculino, como hotéis, pensões e bares, criando um ambiente propício para o crescimento da atividade.

A origem da Rua Guaicurus está diretamente ligada ao processo de urbanização planejada de Belo Horizonte. Quando inaugurada como nova capital, definida como símbolo da modernidade e da moralidade, a cidade foi projetada com espaços bem definidos para diferentes usos e camadas sociais. Localizada próxima à antiga estação ferroviária, a Rua Guaicurus se tornou, desde cedo, um ponto de grande circulação de pessoas, principalmente homens vindos de outras cidades em busca de trabalho ou diversão.

Esse fluxo constante contribuiu para o surgimento de hotéis, bares e estabelecimentos que, ao longo das décadas, passaram a abrigar práticas de prostituição. A presença da prostituição na Guaicurus, no entanto, representava uma contradição em relação ao ideal moralista que fundamentou a construção da nova capital. Enquanto o projeto urbano pretendia romper com os vícios e a desordem associados à antiga Ouro Preto, a realidade mostrou que o controle sobre os corpos femininos e a moral pública era mais complexo do que o planejado. Assim, a Rua Guaicurus se consolidou como um território marcado pela marginalidade e resistência, desafiando os discursos de higienização e disciplina que nortearam a formação da cidade.

Com o crescimento urbano e as pressões sociais, a década de 1930 marca o deslocamento do centro da prostituição para os bairros residenciais da Lagoinha e Bonfim, que viveram sua fase áurea até os anos 1960, sendo identificados por casas com luzes vermelhas (ANDRADE, TEIXEIRA, 2004). A partir da década de 1970, com o declínio dessas áreas e as transformações urbanas, surge uma prostituição mais popular e de rua, com destaque para os “hotéis de batalha” e a crescente visibilidade de travestis. Nesse período, a prática se expande para áreas mais nobres como a Savassi e o bairro Mangabeiras, além da região da Pampulha. Conclui-se que, com a expansão da cidade e o surgimento de novas centralidades, a prostituição também se espalhou, ocupando diversos espaços urbanos sem, contudo, consolidar uma nova “região moral” como a do passado.

Sob uma perspectiva crítica, o artigo *Prostituição no espaço urbano de Belo Horizonte e a prostituta enquanto sujeita política: do higienismo da moralidade aos movimentos de (r)existência* (2023), de Rogério Lucas Gonçalves Passos, analisa como o controle estatal sobre a prostituição em Belo Horizonte se estruturou historicamente a partir de práticas de repressão, higienização moral e regulamentação espacial. Embora a prostituição não seja considerada crime no Brasil, o Estado e a polícia atuaram como legisladores de fato, impondo normas de conduta, fichamentos e prisões, especialmente entre o final do século XIX e meados do século XX. A criação da Delegacia de Costumes em 1927 intensificou esse controle, com o fichamento de prostitutas e restrições à sua circulação, como aquelas apresentadas e discutidas neste trabalho. A concentração das atividades em zonas específicas visava facilitar a vigilância e isolar essas mulheres do convívio social, sustentando discursos que as associavam à desordem, doenças e desvios morais. A Rua Guaicurus, a Lagoinha e o Bonfim tornaram-se territórios marcantes dessa prática, sendo que a Guaicurus permanece, até os dias atuais, como um espaço de resistência e apropriação pelas prostitutas. O texto evidencia, ainda, como políticas públicas e projetos de revitalização urbana tentaram expulsar a prostituição do centro da cidade, reforçando estigmas e desigualdades, ao mesmo tempo em que destaca a prostituta como sujeita política, capaz de resistir, reinventar espaços e desafiar as tentativas de exclusão.

Estudos sobre a prostituição no centro de Belo Horizonte evidencia a complexidade que envolve a atividade na região da Guaicurus, marcada por tensões entre o trabalho sexual, o estigma e as intervenções urbanas. No artigo *A prostituição feminina no Centro de Belo Horizonte*, (2022) escrito por Juliana Jayme, demonstra que, apesar da prostituição ser historicamente associada ao espaço, o processo de gentrificação e as políticas higienistas colocam em risco sua permanência. Ao mesmo tempo, o estudo mostra, em uma análise das permanências históricas por meio de um paralelo com a contemporaneidade, como coletivos e associações, como a Aprosmig, (Associação das Prostitutas de Minas Gerais), o Clã das Lobas e o Rebu, desempenham um papel central no fortalecimento da identidade das trabalhadoras sexuais e na luta por direitos, sobretudo durante a pandemia da Covid-19, quando a renda das prostitutas foi drasticamente afetada. A pesquisa aponta que, mais do que sobrevivência, a atuação desses coletivos reforça o protagonismo político das mulheres que, mesmo em meio ao estigma social, se organizam para resistir e afirmar a prostituição como trabalho legítimo. A prostituição continua sendo atravessada por uma lógica moralizante que nega às trabalhadoras sexuais a condição de sujeitas de direitos. O estigma, entendido como uma violência simbólica e de gênero,

reforça preconceitos que desumanizam essas mulheres, muitas vezes classificadas como “vítimas”, “prostituídas” ou até mesmo comparadas a “escravas sexuais” (RAMALHO, 2012; FEDERICI, 2023). Essa perspectiva abolicionista, ao insistir em retratar a prostituição como opressão absoluta, ignora a agência das mulheres e perpetua visões moralistas que, segundo as próprias trabalhadoras, ampliam sua vulnerabilidade social. Como enfatiza Santuzza, do Coletivo Rebu, “de todas as violências que sofremos, a que mais nos dilacera é o estigma”, pois ele retira autoestima, direitos básicos e até a possibilidade de reivindicar cidadania. Assim, a moralidade que recai sobre o trabalho sexual não apenas o marginaliza, mas o coloca em uma posição de constante negação e invisibilidade. (JAYME, 2022).

A origem da prostituição em Belo Horizonte ainda é um tema envolto em lacunas e incertezas, principalmente devido à ausência de registros oficiais e à tentativa histórica de apagamento desse fenômeno social. Diferente de outras práticas urbanas que foram documentadas e estudadas desde os primeiros anos da cidade, a prostituição sempre foi tratada de forma marginalizada, invisibilizada nos discursos oficiais e nos documentos públicos. O uso de termos indiretos como “vagabundas” em registros policiais exemplifica o apagamento e a tentativa de subjugar a prostituição enquanto prática social. Esse silenciamento dificulta o trabalho de pesquisadores que buscam entender quando e como a prática se estabeleceu na capital mineira, levando a diferentes interpretações e hipóteses sobre sua real origem. Essa falta de registros pode ser problematizada como um reflexo direto do projeto moralizante que acompanhou a fundação de Belo Horizonte, cujo objetivo era construir uma imagem de cidade moderna, ordeira e livre de “vícios” associados ao período colonial de Ouro Preto. A invisibilização da prostituição revela, assim, uma escolha política e social: excluir das narrativas urbanas aquilo que contrariava o ideal de moralidade republicana. Refletir sobre esse apagamento é fundamental para compreender como a cidade foi construída não apenas em termos de espaço físico, mas também a partir de processos de exclusão simbólica e social que ainda têm impactos sobre os sujeitos envolvidos nessa atividade.

Representações da prostituição e sua relação com a memória

Sobre a representação das noções de moralidade e as memórias da rua Guaicurus, o trabalho dialoga com a produção cultural e busca a representação da prostituição na série *Hilda Furacão* (1998), que oferece uma poderosa chave de leitura para entender os processos de

exclusão, controle e moralização do espaço urbano em Belo Horizonte. Baseada no romance de Roberto Drummond, a obra televisiva resgata um momento histórico em que o centro da cidade passou por intensas disputas simbólicas e políticas, especialmente em torno da Rua Guaicurus, tradicional zona boêmia. Por meio da trajetória da personagem Hilda, a série dramatiza o conflito entre os desejos individuais, as normas sociais e a configuração do espaço urbano. Assim, se propõe analisar como *Hilda Furacão* representa o deslocamento da prostituição do centro da cidade para áreas como o bairro Bonfim, refletindo estratégias de segregação moral e espacial que persistem até os dias atuais. Em um dos episódios centrais da série, a Câmara Municipal de Belo Horizonte vota pela extinção oficial da zona boêmia, em resposta à pressão da Igreja Católica e da elite conservadora. Essa cena sintetiza o desejo de moralização dos espaços centrais da cidade, visto como incompatível com a presença visível da prostituição. Na dramatização, a votação ocorre de forma simbólica, como um ato de "limpeza" urbana, que busca restaurar uma aparência de ordem e decoro para o centro da capital mineira. Esse evento é fundamental para compreender como o espaço urbano é regulado não apenas por critérios técnicos ou funcionais, mas também por discursos morais e religiosos que orientam o planejamento e a ocupação da cidade. Como afirma Lefebvre (1999), o espaço é um produto social, construído a partir das relações de poder e das ideologias que moldam a cidade.

A consequência imediata da votação é o deslocamento da prostituição para regiões mais periféricas, como o bairro Bonfim. A série retrata essa transição como um processo de expulsão simbólica e geográfica, em que os corpos considerados imorais são empurrados para as margens da cidade. Essa estratégia de deslocamento repete uma lógica comum nas políticas urbanas brasileiras: aquilo que a cidade não pode eliminar, ela tenta esconder. A migração da prostituição da Guaicurus para o Bonfim não significou seu desaparecimento, mas sim sua reconfiguração espacial. Esse processo está em consonância com o conceito de “zonas de tolerância”, onde atividades marginalizadas são concentradas em locais distantes dos centros econômicos e políticos. Como afirma Rolnik (2001), as cidades brasileiras operam por meio de processos de segregação que não são apenas territoriais, mas também simbólicos e morais.

A narrativa de *Hilda Furacão* não apenas dramatiza uma história pessoal, mas revela os mecanismos sociais e políticos que moldam a cidade. A votação para a extinção da zona boêmia e o deslocamento da prostituição para áreas como o Bonfim exemplificam como o espaço urbano é regulado por forças que vão além do urbanismo técnico — forças essas que envolvem moral,

religião, classe e gênero. Ao destacar essas dinâmicas, a série contribui para uma reflexão crítica sobre os processos de exclusão e invisibilização que ainda estruturam a organização das cidades. Ao mesmo tempo, convida o espectador (e o pesquisador) a enxergar a prostituição não como anomalia, mas como parte constitutiva da vida urbana, que resiste e se reinventa diante das tentativas constantes de controle e apagamento.

Na série também é possível discutir o conceito de higiene, que acompanhou a proposição planejada da construção de Belo Horizonte e buscar a representação dos dilemas sociais e políticos quanto à prática da prostituição na série *Hilda Furacão* segue em consonância com conflitos na Belo Horizonte fora da ficção. Assim como na obra, uma petição pelo fechamento da zona boêmia da cidade aconteceu a pedido do Ministério Público no ano de 2014, com a justificativa de que os hotéis da Rua Guaicurus não seguiam padrões sanitários e seguros para seus frequentadores. Entretanto, a justiça negou o pedido do Ministério, uma vez que, de acordo com a notícia elaborada e divulgada pelo *Jornal Alterosa*, tratava-se de "Uma tentativa de higienização do hipercentro da cidade e de maquiar a realidade histórica de Belo Horizonte".

O pedido do Ministério Público pode ser compreendido como um movimento político quando analisado o período em que o processo foi levantado. O ano de 2014 e seus precedentes foram marcados por diversas transformações urbanas, justificados como preparativos para o recebimento da Copa do Mundo, sediada no Brasil e com partidas em Minas Gerais. Novas instalações foram construídas, as cidades passaram por reformas infraestruturais, um novo grupo de segurança foi estabelecido e colocado em localizações estratégicas, além de outras configurações alteradas exclusivamente para comportar o grande fluxo de brasileiros e turistas que viriam para assistir a Copa do Mundo. Em um evento de tamanha proporção, o estado tomou iniciativas para que aquilo que não era considerado adequado ou receptivo fosse escondido ou exterminado. Estas medidas podem ser observadas no processo discutido, em que espaços e narrativas entrelaçadas com a história de Belo Horizonte sofreram risco de serem apagadas com o propósito de divulgar externamente uma cidade "limpa" e propagadora dos "bons costumes".

Conclusão

A resistência das trabalhadoras também deve ser observada como influência direta na decisão da justiça sob o pedido do Ministério Público. Movimentos foram organizados na Rua

Guaicurus com o propósito de se manterem firmes na luta pela garantia do direito de trabalharem e residirem naquele espaço. A Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aspromig) se posicionou quanto à votação pelo fechamento dos hotéis, na qual sua representante, Cida Vieira, questionava o pedido, dizendo que “Vão querer nos varrer, né? Nos esconder dos gringos. É assim que sempre fazem”. A fala de Cida Vieira representa uma constância nos processos de higienização de Belo Horizonte e como as prostitutas se posicionaram como sujeitas políticas, como afirma Rogério Lucas Gonçalves Passos. O caso da Rua Guaicurus pode ser analisado por meio de suas rupturas e permanências através de uma história crítica. As diversas tentativas de fechamento dos hotéis e dissipação da prostituição explicitam a continuidade de uma mentalidade republicana em Belo Horizonte, em que se desejava livre de costumes inadequados à uma cidade modelo. Entretanto, a luta das trabalhadoras pela permanência em seus espaços mostra sua resistência contra o constante esforço pelo apagamento de suas narrativas.

Referências bibliográficas:

- ANDRADE, Luciana Teixeira de; TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. **A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte**. Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 11, p. 137-157, 2004.
- BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva**. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1929.
- FREDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do Coletivo Sycorax. 2. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2023.
- JAYME, Juliana. **A prostituição feminina no centro de Belo Horizonte: trabalho, identidade e espaço público**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2022.
- JULIÃO, Letícia. **Sensibilidades e representações urbanas na transferência da capital de Minas Gerais**. História (São Paulo), v. 30, p. 114-147, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo. Editora Centauro. 2010.
- PASSOS, Rogério Lucas Gonçalves. **Prostituição no espaço urbano de Belo Horizonte e a prostituta enquanto sujeita política: do higienismo da moralidade aos movimentos de (r)existência**. Belém, 2023].

ROLNIK, Raquel. **Estatuto da cidade: novas perspectivas para a reforma urbana.** São Paulo: Instituto Pólis, 2001.

Quando um mundo se desfaz: narrar a ruptura em *Nga Muturi*

Rayane Souza⁴

Mestranda em Estudos Literários
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
rayufmg@gmail.com

Resumo: O presente trabalho analisa a obra *Nga Muturi*, de Alfredo Troni, a partir das transformações sociais e urbanas ocorridas em Luanda no final do século XIX, compreendendo-as como experiências históricas de ruptura. Inserida em um contexto de intensificação da presença portuguesa, a narrativa evidencia processos de desagregação e reconfiguração das relações sociais, culturais e simbólicas, marcados pela instabilidade dos pertencimentos no espaço urbano. A trajetória de Nga Ndreza permite observar como essas transformações se inscrevem na experiência individual, revelando os efeitos do deslocamento, da reordenação hierárquica e da imposição de novos referenciais sociais. Ao ser retirada de seu meio de origem e inserida em uma lógica urbana marcada por tensões coloniais, a personagem passa a transitar entre diferentes códigos culturais e linguísticos, evidenciando a coexistência conflituosa de mundos distintos. Nesse sentido, Luanda não se configura como mero pano de fundo, mas como um espaço em transformação, no qual circulam pessoas, práticas e valores que reconfiguram a vida cotidiana. A cidade emerge como lugar de encontro e fratura, onde formas anteriores de organização social são tensionadas e, em muitos casos, desfeitas. A análise parte do pressuposto de que tais transformações podem ser compreendidas como a experiência de um “fim”, entendido como o colapso de uma ordem social previamente estabelecida. A narrativa de Troni, ao representar esse processo, inscreve na ficção a experiência de um mundo em desagregação, contribuindo para a reflexão sobre as formas pelas quais sociedades em transformação narram e elaboram seus próprios momentos de ruptura.

Palavras-chave: Luanda; experiência urbana; ruptura; literatura angolana; colonialismo

A obra *Nga Muturi: cenas de Luanda* é uma novela escrita por Alfredo Troni e publicada em 1881 em formato folhetinesco. A narrativa aborda temáticas relacionadas às transformações urbanas na cidade de Luanda, capital da província angolana, encenando a cidade como espaço de deslocamentos, reorganizações sociais e reconfiguração dos corpos. Ao adentrarem o ambiente urbano, os indivíduos precisavam adaptar-se aos códigos e às dinâmicas próprias da cidade, marcada por hierarquias, tensões e disputas de pertencimento.

⁴ Integrante do NECIM (Núcleo de Estudos Culturais, Imaginários e Memórias nos espaços da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Código de Financiamento 001).

Nesse sentido, Luanda emerge como um espaço de rupturas e fragmentações sociais. A cidade aparece quase como um personagem que atua diretamente na organização da sociedade que a habita, condicionando deslocamentos, circulações e formas de ocupação do espaço urbano. Assim, segundo a narrativa, Luanda produz fragmentos e rupturas decorrentes tanto dos conflitos entre práticas culturais locais quanto das tensões estabelecidas com as culturas europeias, sobretudo a portuguesa.

A novela *Nga Muturi: cenas de Luanda*, foi escrita por Alfredo Troni, escritor e jornalista português degredado que viveu em Moçambique e em Angola até o fim da vida. Publicada em 1881, a obra insere-se no contexto da Luanda oitocentista, momento em que as dinâmicas urbanas da cidade começavam a se intensificar e reorganizar as relações sociais. A narrativa encena como os processos de urbanização e consolidação das estruturas coloniais impactavam diretamente os sujeitos inseridos naquele ambiente, deslocando-os de acordo com sua origem, posição social e pertencimento cultural.

Troni constrói a trajetória de Nga Ndreza, personagem central da novela, uma menina *fula* entregue como pagamento das dívidas de seu tio materno a um comerciante português. Ao ser dada como *quituxi*, Nga Ndreza é levada pelo tio até a residência do comerciante em uma embarcação, permanecendo amarrada durante o trajeto. Embora o *quituxi* não correspondesse propriamente à escravidão, a narrativa evidencia como práticas culturais locais passaram a ser apropriadas e distorcidas pelas dinâmicas coloniais portuguesas, aproximando-se de relações de sujeição semelhantes à lógica escravista.

Ao chegar à casa do comerciante, Nga Ndreza tem seus panos retirados, suas tranças adornadas com búzios são desfeitas e imediatamente lhe é ordenado um banho: “Que a mandaram lavar, e desmanchar-lhe o lindo penteado seguro pelo *ngunde e tacula* que lhe fizera a *mama*, tirando-lhe as missangas e os búzios e todos os enfeites” (Troni, 1973, pág. 34). A cena evidencia não apenas a necessidade de “limpar” a personagem externamente, mas um processo de higienização que ultrapassa a dimensão física, assumindo também caráter simbólico, étnico e cultural. Ao receber novos panos, Nga Ndreza é submetida a uma nova forma de adaptação, simbolicamente representada pelos tecidos portugueses. Esses elementos indicam a necessidade de aderir a novos códigos de comportamento para adentrar aquele espaço e integrar-se à sociedade colonial.

No momento em que suas tranças são desfeitas — marcadas por elementos associados à sua identidade étnica *fula* —, observa-se um movimento de despojamento de sua origem e de suas referências afetivas. As tranças, confeccionadas por sua *mama* e adornadas com búzios e missangas, constituem marcas de pertencimento que vinculam a personagem ao seu grupo de origem. Ao serem removidas, não apenas se apagam sinais visíveis de sua identidade cultural, mas também se rompe simbolicamente a autoridade materna que até então orientava sua vida. Em seu lugar, estabelece-se uma nova hierarquia, na qual Nga Ndreza passa a ser tutelada pelo comerciante português. O apagamento simbólico de sua etnia evidencia uma forma de violência que busca afastá-la de seu pertencimento ao mundo *fula*, ao mesmo tempo em que procura inseri-la nos referenciais culturais portugueses.

A narrativa demonstra como o corpo de Nga Ndreza, agora sob a tutela do *muari*, é submetido a um processo de domesticação comportamental marcado pela regulação e pelo disciplinamento. O corpo da personagem passa a ser tratado como objeto de controle do colonizador, tornando-se um espaço privilegiado de intervenção colonial. Nesse processo, sua autonomia é progressivamente reduzida, enquanto novas formas de vigilância e autoridade são inscritas sobre sua existência. A passagem da tutela materna para a tutela do comerciante português evidencia que a violência colonial não atua apenas sobre os corpos, mas também sobre as formas de parentesco e organização social. Ao deslocar Nga Ndreza de sua rede familiar e submetê-la à autoridade masculina colonial, a narrativa representa a reorganização das relações de poder promovida pela expansão do domínio português. Os elementos associados à origem da personagem passam a ser percebidos como inadequados ao espaço urbano colonial, identificado na narrativa como ambiente regulado por códigos sociais e culturais portugueses.

Desagregada de seu núcleo familiar e deslocada do espaço identificado como “mato” para a região urbanizada de Luanda, Nga Ndreza passa a experienciar um processo de reorganização social e cultural. A cidade apresenta-se, assim, como espaço de transformação que condiciona formas de circulação, pertencimento e reconhecimento social. Ao chegar ao ambiente urbano, a personagem é levada a abandonar marcas associadas à sua origem *fula* e passa a vestir trajes portugueses, evidenciando como a experiência urbana colonial atravessa diretamente os corpos e reorganiza identidades, práticas e modos de existir.

Luanda é encenada, portanto, não apenas como o espaço que recebe a personagem, mas como uma cidade que atua diretamente na definição de pertencimentos, determinando quais

sujeitos podem ocupar determinados lugares e por onde seus corpos podem circular. O deslocamento físico de Nga Ndreza é acompanhado também por deslocamentos simbólicos, atravessados pelo rompimento dos vínculos familiares, pela solidão, pelas estratégias de sobrevivência e pelas fragmentações culturais produzidas pela experiência urbana colonial.

Nesse contexto, o indivíduo deslocado passa a ocupar uma posição de instabilidade e não fixidez social. Inseridos no ambiente urbanizado, esses sujeitos precisam constantemente performar comportamentos distintos de acordo com o espaço que ocupam e com as hierarquias sociais que atravessam a cidade. Na narrativa de Troni, essa regulação dos corpos recai de maneira mais intensa sobre as mulheres, sobretudo sobre mulheres africanas e negras.

Nga Ndreza sofre sucessivas punições físicas que se aproximam dos castigos aplicados aos sujeitos escravizados. A sociedade colonial posiciona o corpo da personagem em lugares ambíguos: ao mesmo tempo em que se torna concubina e mucama do comerciante português, permanece submetida a formas de violência, exposição e disciplinamento físico semelhantes às destinadas aos escravizados. Dessa forma, a trajetória da protagonista evidencia como as hierarquias urbanas e coloniais reorganizam os corpos femininos a partir de relações marcadas pela tutela, pelo controle e pela instabilidade social.

Diante das dinâmicas coloniais representadas na narrativa, o mundo angolano anteriormente conhecido passa por um processo de desagregação. O avanço colonial, ainda que gradual, adentra o litoral luandense difundindo a ideia de que seria necessário abandonar práticas consideradas tradicionais e aproximar-se dos modelos culturais portugueses, tendo a assimilação como horizonte de integração social. Nesse contexto, a cidade torna-se espaço privilegiado de reorganização das relações sociais e de imposição de novos referenciais culturais e comportamentais.

Tendo em vista as transformações vivenciadas por Luanda ao longo da narrativa, é possível aproximar sua representação da reflexão proposta por Frantz Fanon acerca do mundo colonial. Para o autor, a sociedade colonial constitui-se como um mundo cindido, marcado pela coexistência desigual de espaços, sujeitos e formas de poder. Em *Nga Muturi*, essa característica manifesta-se na própria configuração da cidade, que passa a reunir diferentes modos de vida, de organização social e de gestão do cotidiano. Luanda surge como um espaço em que práticas locais, como o quituxi, coexistem com instituições e dinâmicas associadas à colonização portuguesa, como a escravidão e os mecanismos de assimilação cultural.

A cidade também se apresenta como um local de encontro e tensão entre diferentes códigos de conduta e formas de pertencimento. Nesse ambiente, a chamada "sociedade das aparências" revela-se tanto nas hierarquias locais quanto nas estruturas coloniais portuguesas, regulando comportamentos e estabelecendo critérios para a circulação dos sujeitos no espaço urbano. Os novos referenciais introduzidos pelo colonialismo passam a determinar quais práticas são consideradas legítimas, impondo processos de adaptação e readaptação àqueles que desejam integrar-se à vida cidadina. Para isso, diferentes formas de disciplinamento e violência são mobilizadas, atuando sobre os corpos, os costumes e as identidades dos indivíduos.

Ao mesmo tempo em que a cidade de Luanda é construída e transformada, movimento semelhante ocorre com a protagonista. O espaço urbanizado passa a demarcar e determinar os comportamentos daqueles que o habitam, bem como a estabelecer quais corpos podem circular e sob quais condições. Ao ser deslocada "do mato" para a cidade, Nga Ndreza experiencia a negação de sua identidade fula, sendo submetida a um processo de higienização estética e cultural para adentrar o universo português. Seu corpo é constantemente silenciado e disciplinado, o que a leva, em diversos momentos, a interiorizar suas experiências, revisitando memórias de sua vida anterior e das violências produzidas pelo mundo colonial em formação.

Assim como o corpo da personagem é fragmentado, a cidade também se apresenta como um espaço fraturado, com hierarquias locais já existentes convivendo com novos códigos e hierarquias portuguesas. Nesse aspecto, a cidade sofre modificações profundas nas estruturas sociais, sendo "forçada" a se domesticar nos moldes portugueses, tal como Nga Ndreza, para atender as expectativas e necessidades coloniais. Tal como ocorre no mundo colonial descrito por Fanon, Nga Ndreza ocupa uma posição liminar, situada entre dois universos que coexistem de forma desigual, sem que ela seja plenamente aceita em qualquer um deles.

Na narrativa, o corpo de Nga Ndreza é atravessado por diferentes formas de violência ao longo de sua trajetória. Essas violências iniciam-se com sua separação do núcleo familiar e seu deslocamento forçado para o espaço urbano, prolongando-se na vida sob tutela do comerciante português e, posteriormente, durante sua viuvez. Após a morte do marido, ao emprestar dinheiro para homens brancos e sofrer sucessivos prejuízos, Nga Ndreza passa a cobrar juros elevados e selecionar cuidadosamente aqueles a quem concede empréstimos, evidenciando estratégias de sobrevivência e adaptação dentro da lógica urbana colonial.

A personagem também é constantemente submetida a formas de violência simbólica. Inserida no ambiente urbano luandense, precisa aproximar-se dos códigos culturais portugueses e afastar-se de elementos associados à sua origem africana. Em determinado momento da narrativa, amigas sugerem que Nga Ndreza não conseguiria “segurar” um homem branco sem filhos, aconselhando-a a recorrer tanto às promessas dirigidas à Nossa Senhora da Muxima quanto a práticas de feitiçaria. A protagonista opta por mobilizar práticas locais e realiza feitiços com o objetivo de engravidar. Contudo, ao descobrir os objetos ritualísticos dentro da casa, o marido ordena que ela seja castigada fisicamente. Após esse episódio, o homem morre e Nga Ndreza assume a posição de Nga Muturi — a senhora viúva —, tornando-se herdeira dos bens do falecido comerciante.

A trajetória da personagem percorre diferentes posições sociais: de menina entregue como forma de pagamento à concubina, mucama, viúva e herdeira. Nesse sentido, a narrativa evidencia que a cidade também reorganiza as estruturas hierárquicas da sociedade colonial, permitindo deslocamentos sociais marcados, contudo, pela instabilidade e pela ambiguidade. Embora alcance relativa independência financeira e passe a administrar os negócios do marido falecido, Nga Ndreza não se integra plenamente à burguesia colonial. A personagem encontra-se inserida naquele ambiente urbano, mas não pertence completamente a ele, revelando os limites da assimilação colonial e a permanência de fronteiras sociais, culturais e raciais na Luanda oitocentista.

O deslocamento do interior de Angola para a cidade de Luanda contribui para a perda dos referenciais de pertencimento da protagonista, impondo uma ruptura com elementos associados à sua origem e favorecendo a incorporação de valores e comportamentos vinculados ao universo colonial português. Esse processo não se limita à mudança espacial, mas implica também o enfraquecimento dos laços familiares e das conexões com seu grupo étnico, tornando praticamente impossível o retorno à condição anterior. Diante dessa realidade, Nga Ndreza vê-se obrigada a construir novas formas de sociabilidade e estratégias de sobrevivência em um ambiente que lhe é inicialmente estranho. Nesse sentido, o “fim” encenado por Troni não corresponde apenas à transformação de uma cidade, mas à dissolução gradual das formas de pertencimento que anteriormente organizavam a experiência dos sujeitos inseridos naquele contexto.

As rupturas representadas na narrativa também atingem as formas tradicionais de autoridade. A tutela exercida pela mama e pelos vínculos familiares é progressivamente substituída pela autoridade masculina colonial. O comerciante português passa a determinar não apenas os deslocamentos da personagem, mas também seus comportamentos, sua aparência e suas possibilidades de circulação social. Dessa forma, a narrativa evidencia como a expansão colonial reorganiza relações de poder anteriormente estruturadas por outros referenciais sociais e culturais.

O deslocamento da protagonista produz uma situação na qual o retorno ao mundo de origem torna-se inviável, ao mesmo tempo em que sua plena integração à sociedade colonial permanece incompleta. Nga Ndreza passa a ocupar uma posição intermediária, situada entre universos culturais distintos. A personagem deixa de pertencer integralmente ao grupo de origem, mas também não é reconhecida como parte da elite colonial que busca integrar. A ruptura, portanto, não resulta na substituição de um pertencimento por outro, mas na produção de uma condição permanente de deslocamento.

A trajetória da personagem evidencia, ainda, a instabilidade das posições sociais na Luanda colonial. Ao longo da narrativa, Nga Ndreza transita por diferentes lugares sociais: inicialmente entregue como forma de pagamento das dívidas do tio, torna-se concubina e mucama do comerciante português e, posteriormente, assume a condição de senhora viúva e herdeira. Esses deslocamentos revelam que seu pertencimento permanece constantemente instável, assim como sua posição dentro da sociedade colonial em formação. Embora alcance prestígio e relativa autonomia financeira, a personagem nunca é plenamente integrada ao universo social que passa a ocupar, permanecendo situada entre diferentes mundos e identidades.

A narrativa encena um mundo em transformação, no qual vínculos familiares, referências culturais e posições sociais anteriormente reconhecíveis tornam-se instáveis diante das dinâmicas urbanas e coloniais que atravessam Luanda oitocentista. A experiência de Nga Ndreza evidencia que o avanço da urbanização colonial reorganiza não apenas os espaços da cidade, mas também os modos de viver, circular e existir socialmente. Assim, o “fim” apresentado por Troni pode ser compreendido como o colapso parcial de uma ordem social anterior, substituída por relações marcadas pela ambiguidade, pela fragmentação dos pertencimentos e pela necessidade constante de adaptação. A modernidade urbana colonial, longe de representar integração plena ou progresso homogêneo, aparece na narrativa como experiência de ruptura, produzindo sujeitos

deslocados, inseridos em um espaço no qual pertencem sem jamais serem completamente incorporados.

Em *Nga Muturi*, percebe-se que a vida de Nga Ndreza, ao ser inserida no espaço urbano de Luanda, passa por uma profunda reviravolta, marcada pelo não pertencimento e por constantes fragmentações. Não há para a protagonista qualquer possibilidade de fixidez, seja física, social ou simbólica. A estrutura da sociedade colonial urbana pressiona os sujeitos a se adaptarem aos códigos culturais, comportamentais e linguísticos associados à cultura portuguesa, ao mesmo tempo em que promove o afastamento daquilo identificado como africano e angolano.

As instabilidades da sociedade colonial inscrevem-se de maneira violenta no corpo de Nga Ndreza, atravessando seus vínculos afetivos, desorganizando suas referências anteriores e tornando ambígua sua própria posição social. As rupturas encenadas na narrativa fazem parte de um processo contínuo de adaptação e readaptação, marcado por deslocamentos, regulação dos corpos e disciplinamento dos comportamentos, constantemente submetidos à vigilância e ao poder masculinos.

Se, para colonos e colonizadores, a civilização aparecia como símbolo de progresso e modernidade, a narrativa de Troni encena uma sociedade profundamente atravessada pelas violências do colonialismo, pelas tensões culturais e pelos conflitos entre modos de vida angolanos e portugueses. Dessa forma, *Nga Muturi* representa a modernidade urbana colonial não como experiência homogênea de integração, mas como processo de desagregação social, instabilidade e ruptura dos pertencimentos.

Dessa forma, *Nga Muturi* permite compreender Luanda oitocentista como um espaço de profundas transformações sociais, culturais e urbanas, no qual a experiência colonial reorganiza corpos, pertencimentos e formas de sociabilidade. A trajetória de Nga Ndreza evidencia que a modernidade urbana, longe de representar integração plena ou progresso homogêneo, produz sujeitos marcados pela instabilidade, pela fragmentação e pelo constante deslocamento entre mundos sociais distintos. Ao encenar essas rupturas, Alfredo Troni inscreve na narrativa a experiência de uma sociedade em desagregação, atravessada pelas tensões e violências do colonialismo.

Diante das transformações da cidade, que se projetam também sobre os corpos que a circulam, observa-se que Luanda passa a estabelecer novas formas de organização do espaço e da vida social. A expansão das estruturas coloniais redefine hierarquias, modos de circulação e

critérios de pertencimento, subordinando práticas locais aos referenciais portugueses. Nesse processo, costumes, identidades e formas de sociabilidade anteriormente reconhecidas tornam-se progressivamente desvalorizados, enquanto novos códigos culturais são apresentados como modelos legítimos de comportamento.

As violências, ora explícitas, ora veladas, que atravessam esse mundo em formação evidenciam o enfraquecimento de formas tradicionais de organização social diante do avanço colonial. A narrativa sugere que a construção da cidade colonial não ocorre de maneira harmoniosa, mas por meio de conflitos, deslocamentos e rupturas que atingem tanto os espaços quanto os sujeitos. Ao mesmo tempo em que Luanda é pressionada a adaptar-se aos interesses do projeto colonial, seus habitantes também são compelidos a transformar-se para atender às exigências desse novo contexto.

Aquilo que o discurso colonial apresenta como avanço, modernidade e civilização é experimentado de forma distinta pelos sujeitos colonizados. Para estes, a modernização da cidade manifesta-se frequentemente como violência, seja pela imposição de novos comportamentos, pela desarticulação de vínculos familiares e comunitários, pela produção de novas hierarquias sociais ou pelo constante disciplinamento dos corpos. Em *Nga Muturi*, a modernidade urbana colonial surge, portanto, menos como promessa de progresso do que como experiência de perda, adaptação forçada e instabilidade dos pertencimentos.

O mundo luandense começa a se desfazer quando a retirada dos panos, das tranças, dos búzios e das missangas torna-se necessária para que Nga Ndreza possa ocupar o espaço da cidade colonial. O gesto que transforma a protagonista é o mesmo que transforma Luanda. Assim como a personagem é despida de marcas associadas à sua origem, a cidade também passa por um processo de reconfiguração que busca substituir práticas, referências e hierarquias locais por modelos portugueses. Luanda, tal como Ndreza, é simbolicamente "lavada" e revestida de novas vestes, distanciando-se de si mesma e das formas de vida que anteriormente a constituíam. O fim do mundo luandense, portanto, não decorre de sua destruição material, mas da gradual descaracterização de seus referenciais sociais e culturais. Nesse sentido, o mundo que se desfaz na narrativa não é apenas o espaço físico de uma Luanda em transformação, mas o conjunto de relações, referências e pertencimentos que organizavam a experiência dos sujeitos antes da consolidação das estruturas coloniais.

Referências Bibliográficas

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1011.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994
- BHABHA, H.K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1998.
- BITTENCOURT, Marcelo. **Dos jornais às armas**: trajetórias da contestação angolana. Lisboa: Vega, 1999.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 10a ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.
- MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção da África**: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2019.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- TRONI, Alfredo. **Nga muturi**: cenas de Luanda. Edições 70, 1973, 1ª edição.

Cotidiano de Mulheres Migrantes em São Paulo nas décadas de 1960 e 1970: um estudo a partir da perspectiva interseccional

Giulia Neres Ribeiro Santos

Mestranda em História Social
Universidade de São Paulo (USP)
giulianeres@usp.br

Resumo: A pesquisa busca abarcar, por intermédio da metodologia da história oral, as experiências de migrantes na Zona Norte da cidade de São Paulo entre as décadas de 1960 e 1970. Propõe-se observar a agência desses indivíduos na construção da cidade, pensando sobre suas influências diretas e indiretas sobre o território a partir de uma perspectiva interseccional. É realizada, em consonância, uma reflexão sobre o processo de migração externa e interna dentro das áreas urbanas e rurais, assim como a contribuição das migrantes para a formação do espaço da cidade como hoje é concebido, especialmente da periferia. Tendo em vista a marginalização da presença do grupo migrante e dos espaços periféricos em uma perspectiva de narrativa oficial, o intuito também é compreender a importância desses indivíduos na história da cidade, e por fim, o pertencimento dessas pessoas ao território a partir de suas vivências.

Palavras-chave: Migração; Gênero; São Paulo.

Considerações iniciais

A migração interna é responsável pelo fluxo principal de migrantes na cidade de São Paulo desde 1940 (Fundação SEADE, 2025, p. 12), especialmente provenientes da região Nordeste e do estado de Minas Gerais. Nas décadas de 1960 e 1970, as migrações para a cidade de São Paulo, como observado por Paulo Fontes (2008), eram espontâneas, ou seja, não tinham influência estatal. Tal informação é pertinente, pois como estudado por Odair Paiva (2004), durante as décadas de 1930 e 1950 a ação da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio viabilizou uma política de subsídio de mão de obra de trabalhadores migrantes que eram distribuídos pelo Estado de São Paulo. De acordo com Paiva, os deslocamentos populacionais promoveram mudanças econômicas, culturais e históricas nos espaços urbanos. Além disso, é importante destacar que, de acordo com o autor, as migrações são “(...) de um lado, um

fenômeno social complexo, e de outro, constituírem-se enquanto um processo sempre coletivo, eivado por redes sociais que lhe dão suporte” (Paiva, 2011, p. 16).

Outra questão tratada por Paiva sobre o processo migratório é a posição que os migrantes ocuparam na cidade, muitas vezes vistos e aceitos apenas enquanto força de trabalho, não enquanto indivíduos pertencentes, capazes de contribuir socialmente e culturalmente. Por isso, se tornam ainda mais fortes os vínculos entre os próprios migrantes, visto que a sociedade receptora os exclui. Os territórios de migração são diretamente influenciados pela diversidade da população, sendo híbridos devido a esse constante encontro de diferentes culturas e costumes que influenciam diretamente o território que ocupam. Dessa forma, é importante pontuar, em consonância, a importância de se enxergar os migrantes enquanto sujeitos sociais, como propõe Menezes e Cover (2018). De acordo com os autores, esses indivíduos não são passivos, mas sim ativos em sua própria experiência migratória e de ocupação do território da cidade.

Após realização de revisão bibliográfica sobre os estudos migratórios nacionais na segunda metade do século XX, foi possível observar uma lacuna em relação à experiência migrante feminina na história de São Paulo. Nesse sentido, a proposta deste artigo é pensar a agência e a participação das mulheres migrantes na memória e história da cidade. Adichie (2009), propõe que as relações de poder têm a capacidade de influenciar as narrativas que são compartilhadas e permanecem na história. Dessa forma, defende que existe uma história única, que se constrói a partir da hegemonia sob outras histórias, formando assim, estereótipos. Essa narrativa, além de limitante, representa os interesses particulares de poucos grupos privilegiados.

O conceito de interseccionalidade, dessa forma, pode contribuir para uma análise das experiências individuais e coletivas durante o período. Como apontado por Piscitelli (2008), a partir da década de 1990, o conceito de interseccionalidade emerge com o objetivo de alcançar analiticamente as diferenciações presentes nas experiências, identificando, por exemplo, as influências de fatores como raça, classe e gênero. Ao tratar de uma diferença interseccional relacionada à nacionalidade, Piscitelli foi uma das precursoras ao introduzir a discussão em âmbito nacional, apresentando a localização como uma forma de intersecção, visto que existe o que a autora chama de “posição estrutural das nacionalidades”. Atualmente, muitas pesquisas nacionais vêm sendo produzidas a respeito da intersecção entre local de origem e gênero no cenário internacional. Em um contexto de migrações nacionais, tal diferença e hierarquização relacionada à localização de origem, pode também ser notada nas diferentes regiões do Brasil.

A lente interseccional contribui de forma significativa para a análise das diferentes experiências migrantes, pois acessa uma concepção mais complexa de como se caracterizou o processo migratório de acordo com as perspectivas de diferentes indivíduos atravessados por questões de gênero, raça, classe, idade, local de origem e outras mais formas de diferenças. Por isso, é relevante abordar sua conceituação segundo uma de suas principais teóricas. De acordo com Crenshaw, a interseccionalidade é

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Outra definição de interseccionalidade, esta mais recente, de 2021, é de Collins e Bilge, que propõem pensar o conceito enquanto uma ferramenta analítica a partir de seis pontos centrais: desigualdade social, relações de poder interseccionais, contexto social, relacionalidade, justiça social e complexidade.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins, Bilge, 2021, p. 16 e 17).

Por fim, tendo em vista as diferenças nas experiências, Piscitelli, ao pensar em um cenário de imigração global, observa que a posição das mulheres enquanto migrantes influencia em questões trabalhistas e matrimoniais, por exemplo. A autora conclui que são variadas as interseccionalidades que atingem as suas vidas. Dessa forma, em um contexto de migrações para a cidade de São Paulo, pensar de forma articulada as diferenças, de modo interseccional, permite uma melhor compreensão do cotidiano dessas mulheres, assim como possíveis brechas de agência encontradas nos sistemas de poder da época.

História Oral e metodologia

A metodologia adotada neste trabalho foi a história oral temática e foram utilizados os manuais de Alberti (2005) e Meihy (1996) como base para abordar a seleção do método, quantidade de entrevistados e condições do depoimento. Em consonância, as obras de Thompson (2002) e Portelli (2010) foram essenciais na reflexão sobre o processo. Como destacado por Meihy, a história oral é, por intermédio das entrevistas, uma das possibilidades de acessar fontes orais. As entrevistas são planejadas, premeditadas e seguem um projeto, além disso, acontecem no presente com colaboradoras vivas, sendo um processo de recuperação de memórias. Assim, a história oral temática possui sempre um caráter social, e funciona com o conjunto de diversas entrevistas (que são comparadas), variadas fontes e condução específica do pesquisador. Com o intuito de obter informações relacionadas ao tema desenvolvido na pesquisa, como proposto na história oral temática, foi desenvolvido um roteiro geral.

O desenvolvimento do roteiro geral das entrevistas de história oral temática seguiu algumas perguntas objetivas, como proposto por Thompson (2002). A seleção das entrevistadas aconteceu por intermédio, inicialmente, de mulheres já conhecidas que forneceram indicações. Quando foi realizado o contato com cada uma das possíveis colaboradoras, o projeto foi explicado detalhadamente para que fossem compreendidos seus objetivos, interesses e riscos. Dessa forma, foram identificadas mulheres que participaram da pesquisa, migrantes dos estados de Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Paraná, Maranhão e interior de São Paulo.

Uma parte essencial do processo é a carta de cessão de direitos dos entrevistados na pesquisa. A carta de cessão de direitos dos entrevistados, nesse caso, foi o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) que conta com um preenchimento de dados básicos sobre o entrevistado (nome, nascimento, telefone para contato e etc), discorre sobre o estudo que será realizado e sobre a sua finalidade, contribuições e possíveis riscos e benefícios. Além disso, apresenta e fornece o contato da pesquisadora responsável, instituição em que está sendo feita a pesquisa e informações sobre o projeto. Após a realização da entrevista, foi feito o cruzamento da biografia das colaboradoras com o roteiro parcial.

Vale destacar, conjuntamente, a contribuição direta da história oral como metodologia para o estudo dos movimentos migratórios mundialmente, como proposto por Thomson (2002) e nacionalmente, como abordado por Magalhães (2017, p. 8)

Muito ainda há a ser pesquisado sobre o uso de fontes orais nos estudos migratórios brasileiros (...) os pesquisadores têm apontado vantagens na

abordagem da história oral para o estudo dos movimentos migratórios. Ela favoreceria a captação das dinâmicas da construção e da interação identitária; revelaria a teia social presente nas histórias e o cotidiano da experiência migrante; propiciaria a compreensão de suas motivações subjetivas e permitiria a produção de informações sobre fenômenos que, sendo recentes, ainda não geraram registros de outra natureza.

Por fim, destaca-se que a história oral como metodologia pode auxiliar de modo significativo a realização de análises interseccionais. Partindo da perspectiva de autorrepresentação, a história oral é uma ferramenta metodológica que contribui de forma significativa para a compreensão das experiências individuais e das influências das camadas interseccionais nas vivências. Além disso, a metodologia pode contribuir para que as participantes da pesquisa possam pensar sobre suas agências dentro da história da cidade. Nesse sentido, “a história oral pode proporcionar uma afirmação positiva de identidade para o narrador, para os membros de uma comunidade particular e para o mundo lá fora” (Thomson, 2002, p. 351).

Experiências e vivências femininas migrantes em São Paulo

Na tabela a seguir serão identificadas as participantes da pesquisa por nome.

Nome	Idade	Local de Origem	Ano de Chegada
Antonia Figueiredo	79	Bragança, São Paulo	1950
Beatriz Oliveira	79	Umburatiba, Minas Gerais	1963
Dirce Moraes	79	Assis, São Paulo	1974
Geneuza Souza	72	Assaí, Paraná	1960
Luzinete Nascimento	75	Caruaru, Pernambuco	1968
Maria Cabral	81	Codó, Maranhão	1976

Maria Santos	72	Januária, Minas Gerais	1961
Teresinha Nascimento	81	Arapá, Ceará	1972

Fonte: Entrevistas de História Oral temática.

Como apresentado na tabela, foram entrevistadas oito mulheres, com idade entre 72 e 81 anos. As entrevistas foram, em sua maioria, realizadas em suas casas e por vezes contaram com a presença de familiares (o que pode ter influenciado positivamente ou negativamente o processo de compartilhamento). O intuito é que as migrantes não sejam vistas apenas como resultado de um processo macroeconômico, mas sim como ativas nele, capazes de tomar suas próprias decisões, influenciando diretamente nos processos migratórios do país. Nesse sentido, a principal motivação da vinda à cidade de São Paulo identificada nas entrevistas diz respeito à busca por trabalho e melhores condições de vida, como exemplificado nas falas a seguir:

Eu vim pra São Paulo pra ganhar mais um pouco, para ganhar um dinheiro para ajudar minha mãe, minha mãe tinha sete filhos e ela trabalhava de doméstica lavando roupa. (Luzinete Nascimento)

Meu pai veio para cá para São Paulo para arrumar trabalho, pra arrumar serviço. Meu pai e minha mãe, que fazia uns bicos de faxina. Porque lá no interior não tinha muito trabalho, não dava para comer com o trabalho. (Geneuza Souza)

Eu vim para São Paulo com dezoito porque tinha uma mulher que era muito amiga nossa e ela veio para São Paulo e ela falou: “vamos, minhas filhas já tão lá com trabalho, você vai e trabalhar lá também”. Lá em Minas não tinha trabalho não, o único trabalho que tinha era a roça. (Beatriz Gomes)

Na pesquisa, foram identificados dois casos, de Maria Cabral e Teresinha Nascimento, em que a família migrou para São Paulo com o trabalho do homem já estabelecido no ramo de construção civil, principal área empregatícia para migrantes homens (Fontes, 2008).

O dono da marcenaria trouxe meu marido e mais dez marceneiros para São Paulo, para trabalhar lá na serra (da Cantareira). (Maria Cabral)

Ele já veio de lá direto pra trabalhar na firma Camargo e Correia, na construção da represa de Mairiporã. Ele veio primeiro, depois mandou me chamar. (Teresinha Nascimento)

Como pode-se observar a partir do relato de Teresinha Nascimento, e proposto por Durhan (1984) e Paiva (2004), a migração foi um processo que ocorreu, na maioria das vezes, de forma familiar. Ao migrar, essas mulheres estavam imersas em uma estrutura ou rede de apoio de conhecidos, vizinhos e parentes. Todas as mulheres entrevistadas relataram que algum familiar ou conhecido já havia migrado anteriormente e que esses indivíduos contribuíram de alguma forma para seu estabelecimento na cidade.

Chegando aqui ia para casa/barraquinhos dos parentes dela (mãe), o compadre, até arrumar uma casinha. Chegava aqui em São Paulo, ia procurar os compadres dela até arrumar uma casa. (Geneuza Souza)

Tinha uns primos da gente que meio que já tinha vindo aqui e falava que São Paulo era fácil para ganhar dinheiro, quem quisesse trabalhar. Que era muito fácil para ganhar dinheiro, né? E a gente veio assim, naquela ilusão de que realmente era tudo aquilo. Mas quando chegamos aqui não era bem assim, passamos necessidade, né? Mas tinha uns bons vizinhos que ajudava a gente na alimentação e tal. (Maria Santos)

Por intermédio desses relatos selecionados e das entrevistas, notou-se que a migração, enquanto um processo familiar, pode ocorrer de diferentes formas: com a migração inicial de um integrante, e após um período de estabelecimento, do restante da família, ou pode ser feita por todo o núcleo familiar em conjunto. O processo migratório, como já observado, também pode ser influenciado pela migração anterior de parentes ou conhecidos, que por sua vez hospedam os recém-chegados. Assim, destaca-se a importância desses laços construídos entre os migrantes. De acordo com Fontes (2008), essas redes de apoio proporcionaram uma vida comunitária de assistência interna entre os próprios vizinhos e conhecidos. As experiências em comum desses indivíduos, principalmente em bairros periféricos, são fatores que podem ter corroborado para o desenvolvimento dessas redes.

No relato de Maria Santos, nota-se, que além da relação entre familiares e parentes, os laços desenvolvidos entre vizinhos e conhecidos eram essenciais em momentos de necessidade. A entrevistada abordou também a idealização presente no imaginário dos migrantes em relação à cidade e suas possibilidades. Como observado por Santos, a realidade de dificuldade de oportunidades trabalhistas com a qual a sua família se deparou não era uma decepção incomum para os migrantes recém chegados em São Paulo. Nesse contexto, a assistência interna proporcionada pelo apoio mútuo entre os migrantes e conhecidos foi um fator decisivo para a

permanência de sua família na cidade. A rede de apoio entre as mulheres nesse contexto também foi um fator constantemente destacado.

Lá no Lauzane, no Imirim, a gente passava bastante dificuldade, mas sempre tinha ajuda né, as moradoras, os vizinhos, sempre tinha umas pessoas que ajudavam (...) Ninguém roubou aqui né, a gente fazia amizade. Todo mundo dava um pouquinho, todo mundo se ajudava. (Geneuza Souza)

Deixava eles (filhos) com a vizinha, ela olhava para mim, não cobrava nada. Aí então eu deixava eles com a vizinha e eu ia trabalhar, dava só a despesa da comida. (Luzinete Nascimento)

Assim como no relato de Luzinete Nascimento, outras mulheres entrevistadas também relataram a importância da rede de apoio entre vizinhas para que pudessem trabalhar, visto que enquanto mulheres pobres, muitas vezes chefes de família, não tinham outra opção enquanto mães trabalhadoras. Adicionalmente, todas as mulheres entrevistadas abordaram nas entrevistas que trabalharam desde a infância em serviços domésticos. De acordo com as entrevistadas, as ocupações de suas mães eram também relacionadas ao doméstico.

Logo que eu cheguei, acho que com uns quinze dias, eu fui trabalhar na casa de uma mulher que morava em Santana, (...) então eu não passei fome assim tanto, porque eu fui trabalhar com essa mulher e pelo menos alimento a gente tinha, né? E eu não ganhava nada, eu trabalhava a troco de comida, a patroa, em vez dela me dar o dinheiro, ela comprava umas coisas de comida e levava para minha mãe. Os outros não conseguiam arrumar emprego, ficaram um bom tempo sem arrumar emprego. (...) Aí foi essa mulher lá para ver se tinha alguém que queria trabalhar com ela, só que as meninas não quiseram ir. Nenhuma delas, acho que tinham umas três. Aí elas não quiseram ir. Eu peguei e falei lá, eu vou (como sempre né, com a minha bestagem) e aí eu fui. (...) Aí eu estudava de manhãzinha e depois fazia o serviço normal. Varrer, lavar a louça, o que eu podia na minha idade, né? Tava com 9 anos, quando eu fiz 10 anos, eu tava na casa dessa mulher. (Maria Santos)

A gente passou aperto, a gente passou, né. Porque não é fácil com criança e tudo. Aí então inclusive eu pus a Silvana (filha) pra trabalhar em casa de família muito cedo, também. Porque eu conheci uma família aí que hoje até hoje eu agradeço a Deus, e agradeço a quem me ajudou a cuidar dela. (Luzinete Nascimento)

Os meus filhos foram todos trabalhar com 14 anos, o que eu ganhava não dava pra sustentar a casa sozinha. (Maria Cabral)

No caso de Luzinete e Maria Cabral, o trabalho doméstico infantil se perpetuou também para suas filhas, devido às dificuldades encontradas no mercado de trabalho por mulheres migrantes e a falta de condições financeiras. Tendo em vista a necessidade de trabalhar desde a infância, a escolaridade dessas mulheres era, também, comprometida.

Em Caruaru estudei até o segundo ano e não dava para estudar mais porque eu tinha que trabalhar com a minha mãe lá (...) Aqui em São Paulo também, não dava para estudar não, tinha que trabalhar. (Luzinete Nascimento)

Eu fiz até a quarta série, aí meu pai falou assim “você vai parar de estudar” porque ele disse que não tinha filho para ficar vagabundo. Aí lá vamos nós trabalhar... Aí fiquei em casa esperando, sem estudar, sem trabalhar e com o passar do tempo eu fiquei muito tempo desempregada. Porque tinha só até a quarta série, as pessoas queriam algo mais. Mas depois que eu tava em casa, a minha mãe começou a costurar calça rancheira, costurava antes era uma sacola de lona para ir na feira né, e aí a minha mãe começou me ajudar. Ela fez assim “você vai aprender datilografia” e eu fui, era um currículo a mais naquela época. (Antonia Figueiredo)

E eu tava estudando, fui até a terceira série e estudei né. Aí a Penha (filha) pequena ficava na casa de uma cunhada minha e eu estudava toda noite, eu tava tão feliz, gostava muito, como eu amo estudar, tão gostoso. Eu até matriculei, fui e fiz prova (para continuar a estudar) ali no Mandaqui, mas daí tinha as crianças pequena né, eu falei “com quem que eu vou deixar?”, eu não confiava em ninguém para cuidar, eu tinha medo. (Dirce Paes)

Meu maior desejo, se me perguntar assim por exemplo uma pessoa hoje “você tem um desejo, me diga o qual?” estudar. (Teresinha Nascimento)

Apesar de todas as entrevistadas afirmarem o desejo de continuarem a estudar, devido às condições financeiras e dificuldade de acesso, não conseguiram concluir a Educação Básica. Como observado por Antonia Figueiredo, devido à baixa escolaridade, era difícil encontrar emprego. Adicionalmente, as entrevistadas relataram a dificuldade de conseguirem um trabalho formal registrado, sendo marginalizadas pelo sistema trabalhista. Em relação às possibilidades restritas no mercado de trabalho para as mulheres migrantes, foi na prestação de serviços que encontraram o principal setor empregatício. O trabalho informal doméstico era a principal alternativa para as mulheres nas grandes cidades, de acordo com Fontes (2008). A integração das migrantes no mercado de trabalho, por vezes, sofreu influência de discriminações e preconceitos.

Como observa Dias (1995), o menosprezo social relacionado ao doméstico é apoiado pela visão machista, e existe, em consonância, uma depreciação aos ofícios de sobrevivência. Nesse sentido, essas mulheres não possuíam muitas possibilidades de escolha em relação ao trabalho que iriam exercer, recorrendo ao âmbito doméstico, que por ser relacionado ao feminino, era menosprezado socialmente e invisibilizado. De acordo com Caldeira (1984, p. 58)

Na verdade, um dos efeitos da discriminação que as mulheres sofrem é que elas acabam prescindindo de uma experiência acumulada de trabalho. Nesse sentido, têm menor qualificação para o trabalho que os homens e acabam conseguindo apenas empregos que, além de mal remunerados, não oferecem garantias trabalhistas, como é o caso do emprego doméstico.

Apesar de em seu estudo, Caldeira tratar especificamente sobre o bairro São Miguel Paulista, localizado na Zona Leste da cidade, as questões abordadas podem ser observadas também nessa pesquisa em relação a vivência das mulheres que residiam na região Norte

Eu morava lá, ela me pagava, eu mandava dinheiro pros meus pais e ficava com um pouco pra me manter, porque eu trabalhava e comia lá e dormia e tinha que comprar as coisas para mim, né. Fazia serviço doméstico: lavar roupa, botava a roupa para lavar (...) E quem que me arrumou esse emprego foi a filha da madrinha do meu irmão. A patroa ia me buscar de carro, elas iam de carro me buscar já que eu não sabia onde que era, não sabia direito andar. (...) Aí depois eu saí de lá, saí de lá para ganhar mais um pouquinho, e aí fui para outra casa lá perto, do mesmo bairro. A outra patroa não era tão ruim, ela só era exploradora. Porque quando a gente chega assim do Norte, elas exploram, porque é mocinha nova, mulherzinha nova, aí elas exploravam, eu percebi... Aí fui trabalhar na outra casa. (...) Quando tive que sair do serviço, era difícil arrumar outro serviço porque eu tava grávida e eles não pegavam grávida não. Nunca tive carteira assinada, depois eu comecei trabalhar na Brasanitas, né. Eu parei de ser diarista e fui trabalhar por mês na Brasanitas, firma de limpeza terceirizada. Mas só que eu trabalhei poucos meses, porque eu comecei a trabalhar de dia e não deu certo por causa deles (filhos). Para não ficar o dia inteiro fora, depois eu parei e fui trabalhar à noite, porque a noite tinha quem olhasse eles, sabe? Foi tempo que não deu certo a firma, eu saí. Depois fui trabalhar de diarista novamente, porque diarista ficava melhor, dava mais do que a firma... Eu queria firma porque lá tinha registro na carteira e eu queria a carteira assinada, mas não deu certo. Aí eu voltei diarista, sem carteira... foi muito difícil para criar eles sozinha... (Luzinete Nascimento)

Eu já tava trabalhando na firma, mas nunca fui registrada, trabalhava como arrematadeira, mas nunca foi registrado. (...) Aí eu já tinha 16 anos. Então, quantos anos é? Uns seis anos, né? Seis, sete anos nessa, desde que a gente chegou. E tava trabalhando na firma. Eu saí das casas de família, eu pensei que tava cansada de trabalhar na casa dos outros. Queria uma coisa mais leve, né? Aí eu consegui um serviço nessa firma, era uma fábrica de calcinhas e roupinha de criança, calcinha de criança assim de rendinha. (Maria Santos)

A questão do trabalho é diretamente influenciada pelas intersecções atravessadas por essas mulheres, como apontado por Piscitelli (2008). Como observado por Luzinete Nascimento, a condição de mulheres jovens migrantes era vista como uma fonte de exploração no âmbito do trabalho doméstico. No relato de Maria Santos, nota-se a insatisfação com o trabalho “em casa de família”, e a preferência em trabalhar em uma fábrica de costura, ainda que também fosse informal, por ser mais “leve”. Quando grávidas, essas mulheres não eram empregadas, o que dificultava ainda mais o cotidiano das chefes de família. Com os filhos, elas enfrentavam em consonância, uma segunda jornada em casa. Nesse sentido, ter um trabalho flexível, como no caso de Nascimento, foi necessário, o que dificultou o acesso ao trabalho formal registrado.

É preciso também chamar atenção para formas de trabalho que, por serem associadas ao ofício doméstico ou ao feminino, foram diminuídas, invisibilizadas, e muitas vezes não reconhecidas enquanto trabalho, como exemplificado nos relatos a seguir.

Eu fazia bolo para fora, fazia bolo de aniversário, casamento... Aprendi com essas receitas, né? em revista... Fora de envelopista que eu trabalhava em dia de semana. (Beatriz Oliveira)

Eu vim trabalhar de caixa na Drogasil e eu trabalhei bastante anos também. Aí já tinha carteira assinada, e também na Loja Brasileira. Ele (o filho) nasceu, aí continuei trabalhando até que me mandaram embora porque a Drogasil não aceitava mães com bebês porque tem que ter um monte de coisa, né? Aí fiquei cuidando dos meninos, sem trabalhar. Mas aí sabe o que aconteceu? Eu comecei a fazer tricô na mão. Comecei a fazer tricô, casaquinho, calcinha... Aí comecei a tricotar na máquina, sabe? E fui fazendo, fui ganhando meu dinheiro. (Antonia Figueiredo)

Eu fazia bolo para vender, porque tava sozinha com todas as crianças, tinha que sustentar todo mundo (...). Não passei fome porque virava a noite fazendo blusa de tricô, cachecol pra vender... Além do trabalho de caixa, eu ia lá pro Brás pra comprar roupa e revender. Tirava um empréstimo e ia comprar umas roupinhas. Fiquei vendendo roupa do Brás até me aposentar. (Maria Cabral)

Aqui (em São Paulo) eu comecei de novo com trabalhinhos né, quando eu me firmei mesmo no lugar. Eu fazia conserto, bordava, eu fazia blusinhas, camisa, saia, vestido, crochê, pano de prato. Fazia o que desse certo... Naquele tempo eu largava a cozinha de qualquer jeito e só fazia as coisas de tarde, antes da janta. E ainda tinha que cuidar de criança e dar banho em criança... Não trabalhava fora porque não tinha quem cuidasse dos meninos. (Teresinha Nascimento)

Adicionalmente, em relação a forma de tratamento ao chegar na cidade, Dirce Paes, em seu relato, conta que, ao perceberem que ela era migrante, as pessoas a tratavam de forma diferente, um exemplo disso eram os preços de serviços aumentados. Nesse sentido, assim que chegou em São Paulo, sua tia lhe deu um conselho: “você não deve demonstrar que veio de outro lugar, porque senão as pessoas vão tirar vantagem”. É importante destacar o preconceito e a diferença de tratamento tendo em vista as interseccionalidades de raça, gênero, classe e origem.

Quando chegamos na Luz e nós foi debaixo do metrô, aí meu filho falou assim “oh mãe, olha o trem” aí o cara falou “trem não baiano, isso aqui é metrô” eu falei, “e metrô não é trem?” eles acham que só porque a gente veio do Norte não sabe o que é trem... quando a gente vem do norte, a gente escuta muita coisa... Uma mulher uma vez chamou meu filho de moleque porque ele é escurinho, e aí a gente percebe a diferença do tratamento das pessoas. Eles acham que por ser nordestina eu sou boba, mas eu não sou boba não. (...) Eu tive que mentir pra alugar a casa, mentir que não tinha filhos. Se soubessem que eu tinha quatro filhos e mais uma cunhada e tava sem marido, nunca teriam

alugado pra mim. E eram só dois cômodos, dormia gente até debaixo da mesa.
(Maria Cabral)

Através do relato de Maria Cabral, é perceptível notar que sua vivência na cidade de São Paulo foi marcada por sua posição enquanto mulher, migrante e chefe de família. É importante destacar que apesar das semelhanças entre os migrantes proporcionadas pelas suas vivências, esses indivíduos possuíam suas individualidades e diferentes locais de origem. Apesar disso, existiam categorias genéricas como “nordeste”, “sertão”, “norte” e “Bahia” que eram atribuídas para todas as pessoas que não eram paulistanas. Dessa forma, percebe-se o reducionismo e a homogeneização a que pessoas de diferentes culturas e origens eram expostas, além de que, os termos descritos anteriormente, eram proferidos com intuito pejorativo.

Outra questão observada durante a pesquisa, foi o desejo pela casa própria na cidade de São Paulo. Quando chegavam em São Paulo, após um período hospedadas em casas de conhecidos ou parentes, todas as entrevistadas relataram que alugaram um espaço. Entretanto, o preço dos aluguéis nos bairros mais centrais da Zona Norte não eram acessíveis, por isso, como observa Rolnik (1999), o aluguel ou a compra de terrenos na periferia foi a saída encontrada por essas famílias migrantes.

No Peri era melhor, era mais barato, alugado. Passei a morar perto da Rua 20, a casinha era tijolo também, mas era simples. Aqui era barro, tudo no barro, tudo na terra e tinha bastante casa, tinha bastante barraco. E tinha luz e a água, aí depois eu saí de lá do aluguel e fui morar num barraco, eu comprei um barraco. Aí eu comprei para sair do aluguel, era caro. (Luzinete Nascimento)

Depois que viemos para São Paulo, primeiro lugar que moramos foi o Imirim, passou um tempo na casa de tábuas da beirada do rio, aí depois nós voltamos ficamos um tempo lá e depois fomos para o Lauzane, nós ficamos bastante tempo no Lauzane, aí depois meu pai comprou aqui, eu lembro quando pai comprou aqui. Aí a gente saía do Lauzane, entrava no meio daquelas matas, passava onde hoje é o Mercado Trimaís, antigamente ali era uma lagoa, a gente passava ali, morria muita criança dentro daquela lagoa. A gente atravessava ali todo fim de semana, chegava aqui no Jardim Peri em um quarto e cozinha, juntava eu, mãe, meu pai e Genivaldo e ia tirando um barranco aqui, ficava o dia inteiro... trazia aquelas comidinhas no caldeirãozinho, chegava aqui e arrumava um fogãozinho com tijolo, ascendia uns paus e esquentava a comida e quando era cinco horas a gente fechava tudo e ia embora para o Lauzane a pé, andava quase uma hora daqui do Peri até chegar no Lauzane, antigamente não tinha ônibus. Era a pé, mato, mato, barro... no dia que tava chovendo era um barro. Tinha comprado o terreno aqui, não construímos, só tiramos barranco, ajeitamos aí depois de uns tempos nós fizemos a mudança do Lauzane pra vir para cá, só para cá nós já estamos de 70 anos né, 63 anos. Foi um sacrifício para comprar o terreno, pai bebia muito, atrasava as prestações daqui, se não era a mãe trabalhar, juntar de pouquinho em pouquinho para pagar as prestações

daqui, meu Deus, foi um sufoco, nossa. Viemos para cá porque era mais barato do que no Lauzane e era da gente né, não tinha mais que pagar aluguel, a gente pagava as prestações daqui. (Geneuza Souza)

A partir dos relatos, nota-se o processo de marginalização territorial sofrida por essas mulheres migrantes e suas famílias. Em busca de moradia acessível, se deslocaram para cada vez mais longe do centro, onde construíam, em conjunto com suas famílias, as próprias casas. Dessa forma, foi na periferia, por intermédio de loteamentos (muitas vezes clandestinos), que encontram a possibilidade de ter uma casa própria ou um aluguel acessível. O território da cidade passou por inúmeras mudanças devido a ocupação desses locais mais afastados do centro, ocasionando na criação de novos bairros que sofriam com a falta de infraestrutura.

De acordo com Rolnik (1999), com a chegada de mineiros e nordestinos em São Paulo, as periferias começaram a ser ocupadas e tomaram novas formas. A arquiteta cita alguns bairros autoconstruídos pelos próprios moradores aos fins de semana – como observado nos relatos apresentados – entre esses bairros, os referentes à Zona Norte de São Paulo são: Vila Maria, Vila Guilherme, Vila Nova Mazzei, Mandaqui, Vila Gustavo, Casa Verde e Limão. Dessa forma, observa-se que o crescimento dos bairros populares está ligado à ocupação autônoma desses espaços pelos indivíduos, através de casas auto construídas pelas famílias, que não estavam de acordo com as normas urbanísticas formais da cidade aplicadas nos bairros centrais. Como observa Rolnik (1999, p. 205)

Casas domingueiras que tremem com a ventania implicam para os moradores ficar horas de pé nas filas de ônibus, com barro nos pés, água de poço, sem luz elétrica nem iluminação das vias. Longe da superlotação dos cortiços e de qualquer vestígio de cidade. Entre 1940 e 1950, cerca de 100 mil famílias, mais de meio milhão de pessoas, passaram a morar em casas próprias nas periferias sem melhorias urbanas, ironicamente chamadas de “vilas” e “jardins”.

Nesse sentido, nos relatos apresentados pelas colaboradoras, são encontradas convergências com a falta de infraestrutura decorrente da marginalização territorial e social pontuada por Rolnik.

Quando chegou aqui, que eu olhei, era uma casa abandonada. Aqui no Peri não tinha essas casas né, era tudo mato, ali não tinha favela, era água de poço. E eu tava lá capinando, porque era muito mato. Lá em Santana tinha água, tinha luz, não era água de poço não, era encanada. (Antonia Figueiredo)

Aqui no Jardim Peri era um mato, não tinha água, não tinha luz, pra pegar o ônibus era daqui até a Pedra Branca a pé, estragava sapato, afundava na lama naquela subida, perdia o sapato, no outro dia ia procurar onde estava, cadê esse

sapato (risos)? não tinha mais, no outro dia o barro cobriu tudo, muita gente passava né. Olha, foi um sufoco, viu. Aí a gente usava lamparina, usava lampião de gás, a roupa que a gente passava era de ferro de carvão, queimava muita roupa. A água aqui era puxada do poço. Os povo aqui não tinha água, os únicos era eu o pai, a mãe e a Dona Cândida. Nossa, mas foi um sufoco. Demorava mais de 10 minutos puxando a água porque o poço era fundo, para pegar uma latinha de água e não tinha muita água também não. Tomava banho de bacia e o esgoto era a fossa, era um buraco. (Geneuza Souza)

A Maria Luiza (filha) ficou doente e quase morreu. Aqui não tinha água encanada, a gente não sabia qual água era boa e qual água era ruim. Ela tinha quase um ano e eu fiz comida pra ela com a água de uma biquinha que eu achei que era limpa. (...) E uma vez também eu caí e não pude dar continuidade no meu tratamento porque era muito longe. (Teresinha Nascimento)

Eu ia de ônibus até a Santa Inês e depois ia a pé, e voltava às 22h a pé. Teria que pegar dois ônibus, mas se eu pagasse dois ônibus, pelo valor que eu ganhava, não compensava. (...) Era comum encher o córrego e entrar água em casa, até hoje ele enche. (Maria Cabral)

Por intermédio dos relatos, identificou-se que estavam presentes no cotidiano dessas mulheres problemas cotidianos relacionados aos meios de transporte, à moradia, acesso à saúde, educação e desemprego. Assim, como é afirmado por Rolnik (1999, p. 202) “a história do município é marcada pela demarcação sucessiva de fronteiras entre o que era considerado urbano e o que era considerado rural, quase sempre desenhadas a posteriori, quando a ocupação urbana na zona rural já era um fato”. Observou-se que as mulheres migrantes entrevistadas nessa pesquisa tiveram como opção a ocupação irregular das zonas rurais, nesse sentido, influenciaram diretamente na linha de separação desenhada entre os territórios considerados urbanos e rurais que seguiu sendo mutável e continuamente redesenhada.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo amplificar e analisar as vivências e experiências de mulheres migrantes tendo em vista a invisibilização deste grupo nos documentos escritos e na história oficial da cidade. A hipótese inicial corroborou com a análise de Dias (1995), propondo que as mulheres, por trabalharem de modo informal e em atividades relacionadas ao doméstico e feminino, tiveram suas participações invisibilizadas como agentes históricos. Assim, por intermédio das entrevistas de história oral temática, foi constatado que, ao chegarem na cidade, as oportunidades oferecidas para as mulheres migrantes eram, em sua maioria, em áreas relacionadas ao doméstico. Nesse sentido, identificou-se como principais fontes de renda das

entrevistadas o trabalho doméstico e os trabalhos autônomos como costureira e boleira, comumente relacionados ao feminino. Vale destacar que, por vezes, não eram oficialmente reconhecidos à época enquanto trabalho.

Observou-se, em consonância, que a migração, em sua maioria, ocorreu enquanto um processo coletivo que envolveu familiares e conhecidos, como apontado por Fontes (2008) e Durhan (1984). Além disso, notou-se que a relação de apoio mútuo e construção de redes de apoio entre vizinhas foi relatada como essencial para a permanência dessas mulheres na cidade, principalmente das chefes de família. Vale destacar as rotas internas realizadas em busca de moradia dentro da Zona Norte de São Paulo. Após a chegada e estabelecimento inicial na cidade, essas mulheres e suas famílias eram cada vez mais afastadas das regiões centrais, ocupando a periferia em busca da casa própria ou de moradia acessível em casas autoconstruídas. No cotidiano, elas enfrentaram falta de infraestrutura, saneamento básico e ausência do poder público. Por intermédio da pesquisa, foi possível concluir que a agência dessas mulheres ao ocuparem a periferia, redefiniu as linhas e fronteiras do território da Zona Norte, e em última instância, da cidade de São Paulo, como aponta Rolnik (1999).

Por fim, foi possível ter acesso a perspectiva e vivência dessas mulheres migrantes que não tiveram suas participações registradas nos processos históricos de suas épocas. Pensar em suas agências e experiências é essencial para amplificar as suas vozes enquanto sujeitos históricos pertencentes e atuantes no processo migratório externo e interno que contribuiu para o desenvolvimento e ocupação da Zona Norte de São Paulo como é conhecida hoje. Refletir sobre suas perspectivas enquanto mulheres migrantes interseccionalmente, como propõe Piscitelli (2008), é compreender que suas diferenças influenciam o modo como são tratadas e a forma como enxergam o mundo. A história única, até então, não colocou em perspectiva a participação ativa dessas mulheres, por isso, propõe-se uma história que aborde suas contribuições, cosmovisões e experiências na construção da cidade. Pois, como defende Adichie (2009, p. 11), “Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.”

Referências bibliográficas:

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CALDEIRA, Teresa. **A Política dos Outros. O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em maio de 2026.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História Oral e migrações: método, memória, experiências**. Valéria Barbosa de Magalhães (organizadora). São Paulo: Letra e Voz, 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MENEZES, Marilda Aparecida de; COVER, Maciel. **Trabalhadores migrantes: formas de resistência cotidiana**. Travessia, SP, v. XXXI, p. 79-88, 2018.

PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

PAIVA, Odair da Cruz. **Territórios da Migração na Cidade de São Paulo: Entre a afirmação e a negação da condição migrante**. Ideias (UNICAMP), v. 2, p. 13-30, 2011.

PISCITELLI, A. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 31 jan. 2024.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 2ª edição, São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). **Um século de dinâmica populacional no Estado de São Paulo (1920-2022)**: a transformação dos papéis da capital e do interior paulista. São Paulo: SEADE, 2025. Disponível em: populacao.seade.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/SP-demografico-um-seculo-dinamica-populacional-estado-sao-paulo.pdf. Acesso em: 27 abr. 2026

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, v. 22, 2002, p. 351.